



Escola Paulista da Magistratura

ANUÁRIO 2008





Escola Paulista da Magistratura

Anuário 2008

Capa

Foto 1: Transmissão da abertura do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento”, realizada no dia 21 de julho.

Foto 2: Encerramento da fase presencial do Curso de Iniciação Funcional para os juízes aprovados no 180º Concurso de Ingresso na Magistratura, realizado no Auditório da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), no dia 29 de agosto.

Foto 3: Aula inaugural do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento”, em 10 de novembro (da esq. para a dir.: des. Carlos Paulo Travain, min. Enrique Ricardo Lewandowski, des. Antonio Rulli Junior e des. Walter de Almeida Guilherme).

Foto 4: Prédio da Escola Paulista da Magistratura.

A Escola Paulista da Magistratura aos 20 anos

Em 2008, ano em que completou seu vigésimo aniversário, a Escola Paulista da Magistratura enfrentou novos desafios, sob a direção do desembargador Antonio Rulli Junior.

Além de suas atividades tradicionais, direcionadas à formação continuada de magistrados e ao aprimoramento da comunidade jurídica do Estado de São Paulo, a EPM passou a promover, a partir de julho, os cursos regulamentados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça.

Conforme estabelecido na Resolução nº 2, da Enfam, de 17 de setembro de 2007, a participação em cursos de aperfeiçoamento tornou-se obrigatória, para os fins de vitaliciamento e de promoção por merecimento de magistrados. Para obter o vitaliciamento, o juiz substituto deve frequentar, com aproveitamento, curso com carga horária de, no mínimo, 30 horas/aula, por semestre, ou 60 horas/aula, por ano. No caso da promoção por merecimento, são exigidas 20 horas/aula

semestrais ou 40 horas/aula anuais, por ano de exercício na entrância, para a Justiça Estadual, e no cargo, para a Justiça Federal.

Para reduzir os custos envolvidos na realização desses cursos e viabilizar a participação de juizes que atuam no interior do Estado, a EPM optou pela videoconferência. O sistema utiliza a rede interna do Tribunal de Justiça e tem como característica a interatividade, permitindo o envio de manifestações e de perguntas, durante a transmissão.

Ao implementar a educação a distância, a EPM possibilitou que magistrados de outros Estados do Brasil, bem como de outros países, tivessem acesso aos seus cursos. Com esse intuito, estabeleceu convênios de cooperação acadêmica e tecnológica, disponibilizando sistemas, ferramentas e conteúdos para outras escolas de magistratura. Assim, a Escola Paulista da Magistratura chega aos 20 anos ampliando, cada vez mais, seu alcance de ensino.

História

Órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Escola Paulista da Magistratura foi criada, em 1988, em cumprimento ao preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, letra 'c', e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original. No âmbito estadual, sua regulamentação se deu com a Resolução nº 24/88, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

A primeira eleição para o preenchimento de cargos diretivos da EPM ocorreu em sessão plenária do Órgão Especial, em 7 de dezembro de 1988. Na ocasião, o desembargador José Alberto Weiss de Andrade foi escolhido como diretor, cabendo ao desembargador Dagoberto Salles Cunha Camargo o cargo de vice-diretor.

Seguiram-se as gestões dos desembargadores Nereu César de Moraes, Yussef Said Cahali, Sergio Augusto Nigro Conceição, Márcio Martins Bonilha, Antonio Cezar Peluso, Hélio Quaglia Barbosa, Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior e Marcus Vinicius dos Santos Andrade.

A atual diretoria, empossada no dia 3 de março de 2008, é formada pelos desembargadores Antonio Rulli Junior (diretor), Pedro Luiz Ricardo Gagliardi (vice-diretor), Antonio Carlos Malleiros, Armando Sérgio Prado de Toledo, Carlos Paulo Travain, José Raul Gavião de Almeida, Oscarlino Moeller e Walter de Almeida Guilherme e pelo juiz José Antonio de Paula Santos Neto (conselheiros).

Desde sua criação, a EPM apresenta crescimento constante, notadamente após a implantação da pós-graduação *lato sensu*, em 2000. Neste ano, a Escola foi credenciada no Conselho Estadual de Educação, recebendo autorização para ministrar cursos de especialização. Tornou-se, assim, a única escola de magistratura do Brasil a realizar cursos próprios de pós-graduação, que passaram a ser oferecidos regularmente, atendendo a magistrados, promotores de Justiça, advogados, delegados, procuradores, defensores, funcionários do Judiciário e outros profissionais do Direito.

Em 2007, a Escola obteve, também, o credenciamento no Ministério da Educação (MEC) para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Penal, Direito Empresarial e Direito Público, bem como outros que versem sobre a área jurídica.

Atividades

A Escola Paulista da Magistratura desenvolve dois ramos de ensino: a formação dos juízes recém-ingressos e o aperfeiçoamento continuado de magistrados e os cursos de pós-graduação, extensão universitária, ciclos de palestras e seminários, abertos a toda a comunidade jurídica, visando o aprimoramento do Judiciário como um todo.



Diretoria e Conselho Consultivo e de Programas (da esq. para a dir.): desembargadores Armando Sérgio Prado de Toledo, Walter de Almeida Guilherme, Antonio Carlos Malheiros, Antonio Rulli Junior (diretor), Pedro Luiz Ricardo Gagliardi (vice-diretor), Oscarlino Moeller, Carlos Paulo Travain e José Raul Gavião de Almeida.

A EPM tem como docentes magistrados da Justiça Estadual, com vivência acadêmica, e conta com a colaboração de ministros dos Tribunais Superiores, juristas e professores das melhores universidades do País. Dessa forma, oferece aos seus alunos conhecimentos especializados sobre as alterações legislativas e as resultantes das orientações jurisprudenciais e doutrinárias, propiciando a reflexão e o diálogo a respeito dos mais diversos aspectos do Direito.

Missão primordial da Escola, o Curso de Iniciação Funcional tem por objetivo transmitir aos juízes aprovados no concurso de ingresso habilidades direcionadas ao exercício profissional. A partir de 2008, sua programação (dividida nas áreas: criminal, cível e especial) passou a ser ministrada em duas fases: presencial, no primeiro mês, e a distância, no segundo.

Os cursos de pós-graduação compreendem as áreas de Di-

reito Público, Penal, Processual Penal, Processual Civil, Privado (que abrange os cursos: “Direito Empresarial”, “Direito Privado - Novos Temas de Direito Civil” e “Direito de Família e Sucessões”) e “Métodos Alternativos de Solução de Conflitos”. Os cursos de especialização estão qualificados como “atividade jurídica”. Com isso, podem ser computados para os efeitos de ingresso na magistratura.

As atividades da EPM não se restringem à Capital, estendendo-se aos seus 35 núcleos regionais, nos quais são realizados diversos eventos, entre palestras, cursos de capacitação em conciliação e cursos de especialização. A criação das coordenadorias regionais é resultante do processo de interiorização da Escola, que visa ampliar o acesso aos magistrados e demais profissionais do Direito que não podem participar dos eventos programados para a Capital.

A EPM promove, também, cursos voltados para os funcionários do Judiciário, por meio de sua Coordenadoria de Aperfeiçoamento Funcional de Servidores, em conjunto com a Corregedoria Geral da Justiça. Tais cursos – em videoconferência ou presenciais – são dedicados ao estudo das alterações da legislação, bem como da organização do serviço cartorário, promovendo a atualização de conhecimentos e a consequente agilização do andamento processual.

Além dos cursos de especialização, a EPM oferece cursos de extensão universitária, cursos rápidos, seminários, palestras e outros eventos, abertos a toda a comunidade jurídica do Estado. Esses cursos abrangem as mais diversas áreas – em 2008, foram estudados temas como: as alterações da legislação processual penal, perícia médica, Biotecnologia, Direito Eleitoral, Direito Registral Imobiliário, Justiça Restaurativa, interceptação telefônica, fomento mercantil, entre outros, conforme pode ser conferido neste Anuário.

A Escola complementa sua atuação com a publicação de quatro periódicos: a “Revista da EPM”, os “Cadernos Jurídicos”, a revista “Diálogos & Debates” e o informativo “InterAÇÃO/Magistratura”, que contam com a colaboração de magistrados e de outros profissionais do Direito e são distribuídos, gratuitamente, a todos os juízes e desembargadores do Estado de São Paulo e a instituições de ensino jurídico.

Educação a distância

Com objetivo de facilitar a participação de juízes e funcionários de todo o Estado em cursos de aprimoramento, a EPM passou a realizar, em 2006, palestras por meio de teleconferência. Os eventos foram realizados em parceria com a Rede do Saber, rede gestora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que promove cursos a distância para profissionais de educação do Estado.



Funcionários da EPM (da esq. para a dir.):
Edith da Conceição Santos,
Maria Helena Martins de Andrade Souza,
Fabiana de Sousa Vieira Lopes
(chefe da seção de apoio aos cursos II),
Thiago Baco Miranda (estagiário),
Célia Regina Oliveira,
Maria Regina de Carvalho Costa
(chefe da seção de apoio aos cursos I),
Eliane Aparecida Shiroze,
Carla Barzi Amaral,
Marta Pacheco de Souza,
Belchior Valério Santana,
Anuar Miguel Aith Júnior,
Edna Maria de Andrade,
Gilberto Dionísio Vicente,
Rosemeire Fátima Florêncio,
Fernando Cezar Xavier,
João Takanori Mizukami,
Rosemeire Vieira da Costa e
Rosa Maria Gomes Bagdzis
(chefe da seção administrativa)

Em 2008, a EPM adotou o sistema de videoconferência, tornando-se independente da Rede do Saber. Com isso, passou a promover cursos a distância, que tiveram início com a realização pioneira do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento” (21 a 25 de julho), oferecido para os juízes aprovados no 177º Concurso de Ingresso na Magistratura. O curso atendeu aos critérios da Enfam, que tem, como um de seus requisitos, a interdisciplinaridade.

A partir daí, a ferramenta da videoconferência foi utilizada em diversos cursos (exclusivos para magistrados ou não), em que os participantes puderam optar pela forma presencial: “Alterações da Nova Legislação Processual Penal e do Código de Trânsito Brasileiro quanto à Alcoolemia” (19, 20 e 22 de agosto); “Poder Judiciário para Jornalistas” (1 a 5 de setembro); “Curso de Iniciação Funcional” (2ª fase do Curso, de 4 de setembro a 3 de outubro); “1º Curso de Formação de Formadores (15 a 26 de

setembro)”; “2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento” (13 a 30 de outubro); “1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento” (10 a 24 de novembro); “2º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento” (25 de novembro a 8 de dezembro); e “Biotec sem Mistério” (1, 3 e 4 de dezembro).

Conforme destacado pelo diretor da EPM, por ocasião da cerimônia de comemoração do aniversário da Escola, no dia 17 de novembro, “o importante não é dominar a tecnologia, mas a metodologia de ensino, passando do sistema de transmissão de conhecimentos presencial para o virtual. O questionamento que surge é saber se a escola da magistratura tem natureza institucional ou acadêmica”.

Na oportunidade, o desembargador Rulli Junior agradeceu a colaboração pedagógica dos magistrados da Justiça estadual e dos tribunais superiores; dos docentes das melhores universidades do País, que ministram aulas nos cursos da Escola; e dos funcionários da EPM, dedicando-lhes o selo comemorativo, lançado nessa data: “O selo é um reconhecimento àqueles que trabalharam para que a Escola chegasse ao dia de hoje, comemorando, com muito sucesso, seus 20 anos”.

A todos que se empenharam pela Escola Paulista da Magistratura, durante seus primeiros 20 anos, e àqueles que continuam a se empenhar, esse Anuário é dedicado.

Agradecimento ao apoio cultural da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (Fetcesp) para a produção deste Anuário, nas pessoas do presidente, Flávio Benatti, e do assessor jurídico, Marcos Aurélio Ribeiro.

Sumário

Cursos para Magistrados

Curso de Iniciação Funcional para os juízes aprovados no 180º Concurso de Ingresso na Magistratura	14
Curso de Formação de Formadores	22
1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento	26
2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento	30
1º Curso de Aperfeiçoamento/Merecimento	32
2º Curso de Aperfeiçoamento/Merecimento	36

Cursos, Seminários e Palestras

1º Curso de Reciclagem Jurídica de Fomento Mercantil	38
1º Curso de Extensão Universitária em Justiça Restaurativa	40
1º Curso de Capacitação Especializada em Perícia Médica Judicial	42
Ciclo de palestras “Eleições 2008: O Judiciário e o Ministério Público no Processo Eleitoral”	44
Palestra “Crime organizado, lavagem de dinheiro e pirataria”	46
Palestra “Responsabilidade penal dos administradores públicos”	48
Curso sobre Interceptação Telefônica	50
Curso “Alterações da Nova Legislação Processual Penal e do Código de Trânsito Brasileiro quanto à Alcoolemia”	52
Semana Jurídica	54
Aula magna do Módulo III do Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial	55
Curso “Poder Judiciário para Jornalistas”	56

Curso “Alterações no Procedimento do Júri (Lei 11.689/2008)”	58
I Bienal de Jurisprudência Luso-Brasileira de Direito	60
III Seminário Luso-Brasileiro de Direito Registral Imobiliário	62
Seminário “Os vinte anos da Constituição-Cidadã”	64
VI Simpósio Responsabilidade Civil no Transporte Rodoviário de Cargas	66
Seminário “Biotec sem Mistério”	68
Seminário “Aspectos Jurídicos dos Meios de Pagamento Eletrônico”	70

Cursos para Servidores

Palestra “Produtividade Cartorária”	72
---	----

Reuniões

Reunião com o desembargador Renan Lotufo	76
Ampliação da Biblioteca da EPM	77
Instalação da unidade de cerimonial e relações públicas	77
Visita do professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos	78
Visita da presidente do IASP	79
Reunião com representantes do Banco Nossa Caixa	79
Reunião com representantes do IESS	80
Visita do diretor-geral da Enfam	81
Reunião com o diretor da ENM	82
Visita do procurador-geral do Estado	82
Visita do diretor da Escola Superior da Magistratura do Pará	83

Reunião com Eduardo Martines Júnior	83
Reunião com o presidente do Tribunal de Justiça Militar	84
Visita de representantes da Escola Superior da Magistratura do Ceará	84
Reunião com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral	85
Visita do presidente do Tribunal Supremo de Angola.....	85
Reunião com a diretora da Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região	86
Visita do vice-reitor e do diretor da Faculdade de Direito da FMU	86
Visita do ministro Luiz Fux	87
Reunião com o diretor-presidente da Fipe	87
Reunião com o presidente do Tribunal de Contas do Município	88
Visita de representantes da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	88

Eventos

Posse da diretoria da EPM para o biênio 2008/2009	90
Homenagem ao professor José Francisco de Faria Costa	92
Reunião de juízes que atuam nos Juizados Especiais	94
Formatura do 3º Curso de Pós-Graduação em Direito Penal	96
Homenagem aos professores Pedro Salomão José Kassab e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos	98
Acordo de cooperação com a Universidade e com o Tribunal de Justiça de Angers	100
XIV Encontro do Copedem	101
Semana do Livro e da Biblioteca	102

Inauguração do ambulatório médico	104
Convênio com a Escola da Magistratura do Mato Grosso	105
Cerimônia de comemoração dos 20 anos da EPM	106
Inauguração do Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual do Trabalhador	112
XV Encontro do Copedem	114
Convênio com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão	115
Convênio com a Academia Nacional da Magistratura do Peru	116
Convênio com a Escola da Magistratura de Rondônia	117
Premiação do coordenador do Núcleo de Ribeirão Preto com o “Innovare”	118
Homenagem ao embaixador Jaime Stiglich	119
Plano de metas da EPM para 2009	120

Central de Vídeos EPM

Acervo de palestras disponíveis no site da EPM	124
--	-----

Administração EPM

Diretoria	140
Conselho Consultivo e de Programas	141
Coordenadorias	142

Apoio Institucional

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	144
Associação Paulista de Magistrados	146
Academia Paulista de Magistrados	147

Cursos para Magistrados

Curso de Iniciação Funcional para os juizes aprovados no 180º Concurso de Ingresso na Magistratura

De 4 de agosto a 3 de outubro, os 76 juizes substitutos aprovados no 180º Concurso de Ingresso na Magistratura participaram do Curso de Iniciação Funcional da EPM. Pela primeira vez, o curso foi realizado em duas fases: presencial, durante o mês de agosto, e a distância, a partir de 4 de setembro, quando os ingressantes já desempenhavam

suas funções nas respectivas circunscrições judiciárias.

A aula inaugural teve a presença dos desembargadores Roberto Antonio Vallim Bellocchi, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Antonio Rulli Junior, diretor da EPM; Marcus Vinicius dos Santos Andrade, ex-diretor; Roque Antonio Mesquita de Oliveira,



Fernando Pereira, Paulo Furtado de Oliveira Filho, Roque Antonio Mesquita de Oliveira, Antonio Rulli Junior, Ana Amazonas Barroso Carrieri, Guilherme de Souza Nucci, Homero Maion, José Antonio de Paula Santos Neto e Walter de Almeida Guilherme

Walter de Almeida Guilherme, José Roberto dos Santos Bedaque e Jurandir de Sousa Oliveira; do presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, Fernando Pereira; dos juízes Tércio Pires, Edison Aparecido Brandão e José Antonio de Paula Santos Neto; dos juízes assessores da Presidência do TJSP Ana Amazonas Barroso Carrieri,

Cláudio Augusto Pedrassi, Guilherme de Souza Nucci, Homero Maion e Paulo Furtado de Oliveira Filho; e do advogado Paulo Hamilton Siqueira Junior, representante da OAB/SP; entre outras autoridades do Judiciário paulista.

Abrindo os trabalhos, o diretor da EPM agradeceu o apoio da Presi-



dência do TJSP à iniciativa da Escola de utilizar a videoconferência nos cursos para magistrados. “Esse sistema proporciona economia de recursos e possibilita a interatividade, o que fica demonstrado pelo grande número de perguntas recebidas, por *e-mail*, durante as palestras”, ressaltou.

Roque Mesquita lembrou que a ênfase do curso é a prática da judicatura: “Estamos empenhados em transmitir nossa experiência e nossa vivência e é essa interação que vai viabilizar o sucesso de todos, porque, daqui a algum tempo, os senhores estarão em nosso lugar”, afirmou.

A importância da EPM no Estado e no País e a função do curso foram ressaltadas por Walter de Almeida Guilherme. Ele recordou que a Escola surgiu como forma de preencher um hiato que existia entre a fase do preparo para o concurso e o início da vida profissional. “O ingresso na carreira de juiz é um coroamento, após tanto esforço do candidato e a Escola vem se associar a isso”, afirmou.

Em seguida, Marcus Andrade enfatizou a necessidade do respeito e da interação com os demais profissionais do Direito, servidores e outras pessoas. Ele frisou que, além do aprimoramento dos juizes, a Escola deve visar o aperfeiçoamento da comunidade jurídica: “Essa é, também, uma de suas missões: a transmissão da cultura e do pensamento do Judiciário para a sociedade”. Observou, ainda, que a carreira nunca é monótona: “Todos os dias surgem temas que não conhecemos, exigindo nosso aprofundamento no estudo do Direito”, concluiu.

A relevância da função foi destacada por José Roberto Bedaque: “A partir de hoje, os senhores estão investidos do poder de julgar, de



Antonio Rulli Junior e Roberto Antonio Vallim Bellocchi

interferir na vida das pessoas. Não obstante isso, não são deuses. São seres humanos, devendo se comportar como tal. Assim, além da dedicação à carreira, também deve nortear nossa atuação o relacionamento cordial com todos, de forma a permitir que a função a ser exercida por nós – dizer o Direito –, represente a vontade do Estado nas situações concretas que enfrentamos”, concluiu.

Na sequência, Ana Amazonas discorreu sobre a divisão administrativa do TJSP e lembrou que a Presidência mantém contato diário com magistrados de todo o Estado, visando melhorar a prestação jurisdicio-



nal: “Nosso objetivo é nos posicionarmos, de forma a trazer a justiça ao cidadão e melhorar a imagem do Judiciário”. Ela acrescentou que, apesar das dificuldades, a carreira é extremamente prazerosa: “Lidamos com a dor alheia e com as dificuldades humanas. No início, muitas vezes, vamos para uma comarca distante, onde nos aguardam, esperando por nossa posição, e é muito gratificante ver os resultados de nossa atuação”, concluiu.

Encerrando o evento, o presidente do TJSP lembrou que a EPM é o braço cultural do Tribunal de Justiça e elogiou a adoção da videocon-

ferência. Ele ressaltou que o cargo está acima das paixões, requerendo paciência e equilíbrio, além da presteza, pois o juiz deve servir à sociedade. “Apesar da falta de juízes no Estado – existem 374 vagas e foram aprovados 76 – o ingresso dos senhores resolverá, em parte, os problemas da primeira instância. Temos regiões muito pobres no Estado, abandonadas pelo Poder Público. Mas o Tribunal de Justiça não pode abandoná-las, pois, onde houver uma crise – social ou política –, sempre haverá, ao menos, por perto, um magistrado”, concluiu.



Hamid Charaf Bdine Júnior e Nelson Fonseca Junior



Luiz Antonio Guimarães Marrey e José Raul Gavião de Almeida

Edna Maria Andrade

Atividades da Corregedoria

De 6 a 8 de agosto, os juízes assessores e auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça proferiram palestras para os substitutos. No dia 6, José Roberto Furquim Cabella, Inah de Lemos e Silva Machado, Carlos Henrique Miguel Trevisan e Alexandre Augusto Pinto Moreira Marcondes explicaram as atribuições, a estrutura e o funcionamento da Corregedoria. Na sequência, Hélio Nogueira e Rui Porto Dias falaram sobre a atividade de corregedoria desempenhada nos estabelecimentos prisionais, na Polícia Judiciária e na execução criminal.

No dia 7, Augusto Drummond Lepage discorreu sobre as correições e visitas correionais e sobre a organização cartorária. Em seguida, Airton Pinheiro de Castro e Viviane Nóbrega Maldonado falaram sobre o cotidiano profissional do magistrado. Concluindo as exposições, Nelson Fonseca Junior e Hamid Charaf Bdine Júnior explicaram os procedimentos relativos ao processo administrativo disciplinar.

No dia 8, os ingressantes visitaram as serventias extrajudiciais, sob a supervisão dos juízes auxiliares José Antônio de Paula Santos Neto, José Marcelo Tossi Silva, Álvaro Valery Mirra e Walter Barone.

Palestra do secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania

No dia 18 de agosto, o secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, Luiz Antonio Guimarães Marrey, proferiu palestra no Curso de Iniciação Funcional, como parte da programação da área criminal.

Na oportunidade, Luiz Marrey apresentou a estrutura da Secretaria de Justiça, com destaque para as atividades relacionadas à função jurisdicional, e teceu um panorama aprofundado sobre a relação institucional entre os Poderes Executivo e Judiciário.

O Judiciário e a mídia

O relacionamento entre o Judiciário e a imprensa também foi debatido no curso, no dia 5 de agosto. O evento foi coordenado pela juíza Carolina Nabarro Munhoz Rossi e teve a participação do desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, do jornalista Sidnei Basile e da assessora de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo, Mônica Elisabete Caniato. Carolina Nabarro explicou a organização e o funcionamento dos veículos de comunicação, destacando a necessidade da transparência, inclusive, para melhorar a percepção social do Judiciário. “Representamos um Poder, sobre o qual as pessoas têm o direito de se informar e a imprensa pode ser um canal para divulgarmos o que for de interesse público”, ressaltou. Entretanto, recomendou que o magistrado mantenha o controle da entrevista: “É preciso transmitir o necessário, mas dentro da Lei, sem ficar ‘refém’ das informações ou da mídia”.

Em sua exposição, Sidnei Basile afirmou que o Judiciário tem falhado em explicar sua relevância político-social. “Isso acontece, em boa medida, porque seu ritual tem um tempo próprio e as demandas sociais ocorrem em um tempo diferente, parecido com o da imprensa”, observou. Ele frisou que a convivência com a imprensa deve se basear na presunção da boa-fé, mas sugeriu alguns cuidados ao juiz: conhecer a pauta da entrevista; certificar-se de que o jornalista tenha entendido o que foi dito e ter em mente que fala como pessoa jurídica. “O teor casual de uma conversa fica totalmente diferente no papel”, ressaltou.

Encerrando o evento, Augusto Ferraz de Arruda observou que o magistrado incorpora uma trindade: o juiz como poder, a autoridade pública e a pessoa física. “Fora do processo, ele só pode se manifestar como autoridade pública. O equívoco ocorre quando o juiz supõe que fala à imprensa como ‘poder’, fazendo declarações que podem afetar toda a magistratura”, afirmou. Ele observou, ainda, que, enquanto a ética da mídia é buscar a verdade, a do juiz é “buscar o justo”.



Carolina Nabarro Munhoz Rossi



Carolina Nabarro e
Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda





Antonio Carlos Malheiros e Antonio Rulli Neto

Edna Maria Andrade

Defesa dos direitos humanos e inclusão social dos deficientes físicos

No dia 18 de agosto, a programação do Curso de Iniciação Funcional foi dedicada à questão dos direitos humanos, no ano em que se comemoram os 60 anos da proclamação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” pela Assembléia Geral das Nações Unidas. O tema foi apresentado pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros e pelos advogados Antonio Rulli Neto e Thays Martinez.

Deficiente visual desde os quatro anos de idade, Thays Martinez destacou a necessidade da “reinclusão” social dos deficientes físicos e relatou as dificuldades que enfrentou.

Em 2000, ela entrou com uma ação contra o Metrô de São Paulo, obtendo autorização, por meio de liminar, para usar o transporte com seu cão-guia, Boris, uma vez que o regulamento interno do Metrô impedia a entrada de animais. A liminar foi confirmada apenas em abril de 2006, em decisão da 7ª Câmara de Direito Público do TJSP.

A advogada ressaltou a importância da atuação do magistrado na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dos deficientes físicos. “Vocês podem mudar uma cultura e contribuir para que a inclusão aconteça”, disse aos novos juizes.



Boris



Thays Martinez e Antonio Rulli Neto

Ciclo de palestras na Bovespa

O encerramento da fase presencial aconteceu no dia 29 de agosto, no auditório da Bolsa de Valores de São Paulo, em evento que teve como palestrantes o consultor jurídico da Bovespa, Luiz Eduardo Martins Ferreira, e o superintendente de operações, Ricardo Pinto Ferreira.

Na ocasião, o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin observou que não é raro o magistrado se deparar com questões relacionadas ao mercado financeiro, um tema sempre presente e dinâmico. “O objetivo dessas palestras é proporcionar uma visão estrutural e organizacional da bolsa de valores, de forma a servir de ferramenta e de incentivo à pesquisa”, salientou.



Carlos Eduardo Cauduro Padin
Luiz Eduardo Martins Ferreira



Palestra inaugural do módulo de videoconferência

Módulo de videoconferência

No dia 4 de setembro, os juízes substitutos iniciaram o módulo de videoconferência, após terem assumido, em 1º de setembro, suas funções, nas circunscrições judiciárias. Além dos ingressantes, frequentaram as aulas quatro representantes do Judiciário de Angola: as juízas Josina Mussua Ferreira Falcão e Marta Ngueve Daniel Marques, e os procuradores da República adjuntos Pedro Joaquim Ngola e Teresa Ngueve Luzendo. Com o início das transmissões, o curso passou a contar, também, com a participação de magistrados do Estado de Tocantins. A palestra inaugural foi proferida pelo juiz Wagner Roby Gidaro, que explicou os procedimentos do júri e discorreu sobre as modificações trazidas pela Lei 11.689/08 (“Nova Lei do Júri”). Durante a exposição, foram recebidas diversas perguntas, por *e-mail*, respondidas ao final da aula.



Curso de Formação de Formadores

De 15 a 26 de setembro, foi realizado o 1º Curso de Formação de Formadores da EPM, sob a coordenação do juiz Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa. O curso foi transmitido, por meio de videoconferência, para todo o Estado de São Paulo e para magistrados do Estado de Tocantins.

A abertura dos trabalhos contou com a presença do diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, e teve como expositor o desembargador Gilberto Passos de Freitas, ex-corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, que proferiu as palestras “Jurisdição e meio ambien-

te” e “Jurisdição penal e meio ambiente”.

Gilberto Passos de Freitas cumprimentou os inscritos e ressaltou a contribuição que trarão para o Judiciário e para o País: “O juiz formador desempenha uma tarefa da mais alta relevância, que exige, além do preparo intelectual, experiência do mundo e das pessoas e sensibilidade para incentivar os jovens magistrados a uma reflexão histórica, sociológica e política, para que possam avaliar o que representam na modernização da sociedade e na construção ou desconstrução de uma ética



Antonio Rulli Junior, Gilberto Passos de Freitas e Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa

pessoal e profissional. É uma atividade que os obriga a discutir com seus orientandos o papel do juiz na sociedade e seu valor real e simbólico, ao longo da história, levando-os a refletirem sobre o exercício do poder e seus limites e sinalizando-lhes os caminhos que deverão seguir no trato com os direitos da modernidade, entre eles, o Direito Ambiental. Tudo isso exige a construção de uma nova ética e de uma nova postura, ao lado da modernidade técnica, porque dá a medida da importância do papel que desempenharão como juizes formadores”, afirmou.

Nesse sentido, chamou a atenção dos formadores para que visitem locais em que haja ou possam ocorrer danos ambientais e para que mantenham contato com pesquisadores de universidades, possibilitando um conhecimento maior das especificidades das questões ambientais. “Desse forma, o magistrado poderá fornecer subsídios ao legislador para a elaboração de leis que atendam aos anseios da coletividade”, ressaltou.

Na sequência, em 16 de setembro, o desembargador e professor Alberto Antonio Zvirblis foi o palestrante, discorrendo sobre os temas: “Fi-



Gilberto Passos de Freitas



Alberto Antonio Zvirblis



Fermio Magnani Filho

losofia: Liberdade, igualdade, cidadania e judicidade” e “Justiça como equidade, de John Rawls”.

No dia 17, foi analisado o tema: “Menores: Jurisdição Especial”. As aulas estiveram a cargo do juiz Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa, que proferiu a palestra: “Medidas sócio-educativas – Histórico, procedimento, aplicação e recursos”, e do desembargador Fermino Magnani Filho, que discorreu sobre as peculiaridades da jurisdição de menores.

O quarto dia de curso teve a participação do juiz Marco Aurélio Stradiotto

de Moraes Ribeiro Sampaio, que ministrou a aula: “Teoria geral do Direito: Diálogo constitucional e novos desafios do Judiciário contemporâneo”.

No dia 19, o juiz José do Carmo Veiga de Oliveira, da comarca de Belo Horizonte (MG), abordou o tema “Jurisdição Cível: Consumidor”, em evento que contou com a participação do juiz Nuncio Theophilo Neto e o do integrante do Conselho Estadual de Educação de São Paulo Roque Theophilo Júnior.

O relacionamento entre a imprensa e o Judiciário também foi analisada no curso. A aula, ministrada no dia 23, teve como palestrantes a juíza



José do Carmo Veiga de Oliveira



Alexandre David Malfatti, Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes e Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa

Carolina Nabarro Munhoz Rossi e o desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda.

No dia 24, foi estudada a aplicação dos métodos de conciliação e mediação. O tema foi apresentado pelos juízes Alexandre David Malfatti e Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes.

Em seguida, no dia 25, a programação foi dedicada ao tema “Antropologia Jurídica”, que teve como expositor o advogado e professor Marco Antonio Barbosa.

O encerramento do curso, em 26 de setembro, contou com a participação do ex-ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin, que ministrou a aula: “Saúde pública e privada no Brasil: Conceito de saúde privada”. Também proferiram palestras o professor Luiz Celso Dias Lopes, que abordou o tema: “Aspectos jurídicos na saúde”, e o desembargador Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho, que discorreu sobre “Saúde pública e privada no Brasil: Conceito de saúde privada”.



José Cechin, Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa, Luiz Celso Dias Lopes e Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho

1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento



Edison Aparecido Brandão, Roque Antonio Mesquita de Oliveira, Antonio Rulli Junior, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Carlos Eduardo Cauduro Padin e Ricardo Cunha Chimenti



De 21 a 25 de julho, a EPM promoveu o “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento”, voltado para os juízes aprovados no 177º Concurso de Ingresso na Magistratura.

O curso atendeu aos critérios da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), segundo os quais, para obter o vitaliciamento, o juiz deve frequentar, com aproveitamento, cursos com, no mínimo, 30 horas/aula semestrais ou 60 horas/aula anuais.

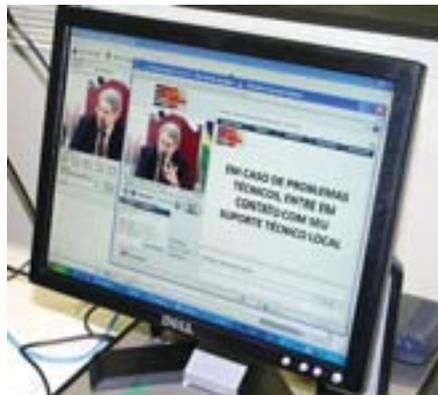
Oferecido de forma presencial e a distância, nos períodos matutino e noturno, o curso possibilitou a participação de magistrados de todo o Estado, que puderam interagir com os palestrantes, enviando perguntas por *e-mail*. Além dos juízes substitutos, frequentaram as aulas as juízas Josina Mussua Falcão e Marta Nogueve Daniel Marques, e os procuradores da República adjuntos Pedro Ngola e Teresa Luzendo, da República de Angola.

A abertura dos trabalhos foi presidida pelo diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, e contou com a participação dos desembargadores Pedro Luiz

Ricardo Gagliardi, vice-diretor da EPM e coordenador dos cursos de vitaliciamento; Roque Antonio Mesquita de Oliveira e Carlos Eduardo Cauduro Padin, coordenadores do Curso de Iniciação Funcional da EPM; e Jurandir de Sousa Oliveira; e dos juízes Edison Aparecido Brandão, secretário-geral da EPM; Fernando Figueiredo Bartoletti, coordenador da área de Informática e da Biblioteca; e Ricardo Cunha Chimenti, coordenador para Juizados Especiais da EPM.

Na ocasião, o desembargador Rulli Junior ressaltou o caráter pioneiro do curso e falou sobre o conteúdo programático: “O curso atende ao requisito da interdisciplinaridade, exigido pela Enfam, e busca discutir as recentes modificações da legislação e outras questões de interesse”.

A programação teórica teve início no dia 22, com as palestras: “Processo penal e grau de criminalidade”, proferida pelo juiz Cláudio do Prado Amaral, e “Perspectivas atuais de princípios penais”, a cargo do desembargador José Raul Gavião de Almeida. Na parte da noite, o juiz Ricardo Cunha Chimenti minis-



Curso foi transmitido por meio de videoconferência



Waldir Sebastião de Nuevo Campos



Cláudio do Prado Amaral, Antonio Rulli Junior, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi e José Raul Gavião de Almeida



Edison Aparecido Brandão, Ricardo Cunha Chimenti e Antonio Rulli Junior



Cláudio Luiz Bueno de Godoy e Edison Aparecido Brandão



Ronaldo Frigini, José Luiz Germano e Edison Aparecido Brandão

trou a aula: “Os Juizados Especiais Cíveis – Aspectos gerais e suas contribuições para o processo comum”.

No dia 23, o curso prosseguiu com palestras sobre legislação eleitoral, proferidas pelo desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos (“Organização e funcionamento da Justiça Eleitoral”) e pelo professor Paulo Henrique dos Santos Lucon (“Ações impugnativas”). No período noturno, o cotidiano dos Juizados Especiais foi discutido pelo desembargador Vanderci Álvares, que ministrou a aula “Dinâmica profissional e perspectivas dos Juizados Especiais”, e pelo diretor da Secretaria de 1ª Instância do TJSP, Fábio Pacheco Dutra, que apresentou o tema “Organização cartorária”.

Na sequência, no dia 24, foi concluído o estudo da legislação eleitoral, com palestras dos juízes Cláudio Luiz Bueno de Godoy (“Propaganda eleitoral”) e Marco Antonio Martin Vargas (“Prestação de Contas”). À noite, o estudo dos Juizados

Especiais Cíveis teve prosseguimento com palestras dos juízes José Luiz Germano e Ronaldo Frigini, que analisaram o tema: “Questões polêmicas de Direito Material nos Juizados Especiais”.

No dia 25, o período da manhã foi dedicado à atualização da legislação referente ao Tribunal do Júri. Os trabalhos foram presididos pelo desembargador Pedro Gagliardi e tiveram como expositores o desembargador Walter de Almeida Guilherme, vice-presidente do TRE/SP e corregedor regional eleitoral (“Tribunal do Júri”), e o juiz Wagner Roby Gidaro (“A nova Lei do Júri”).

O encerramento do curso, no período noturno, contou com a participação do presidente do Tribunal Supremo de Angola, ministro Cristiano André, e teve como palestrantes as juízas Maria do Carmo Honório (“Recursos no sistema dos Juizados Especiais e no sistema comum”) e Daniela Nudeliman (“A execução nos Juizados Especiais Cíveis e seu paralelo com o sistema comum”).



Edison Aparecido Brandão, Walter de Almeida Guilherme, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi e Wagner Roby Gidaro



Ricardo Cunha Chimenti,
Antonio Rulli Junior,
Cristiano André,
Daniela Nudeliman e
Maria do Carmo Honório

2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitalicciamento

De 13 a 30 de outubro, a EPM promoveu o “2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitalicciamento”, direcionado aos juizes aprovados no 178º e no 179º Concursos de Ingresso na Magistratura. Realizado no período noturno, o curso foi transmitido, por meio de videoconferência, para todo o Estado.

A programação teórica foi a mesma do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitalicciamento”, que abrangeu as inovações da legislação penal e processual penal, a legislação eleitoral e o sistema dos Juizados Especiais, com o acréscimo das palestras: “Jurisdição e direitos de 2ª e 3ª dimensão”, proferida pelo diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, e “Jurisdição Especial – Menores”, a cargo do juiz Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa.

No dia 13, ao iniciar a transmissão, o desembargador Rulli Junior recordou o sucesso alcançado com o primeiro curso, ministrado aos juizes do 177º Concurso de Ingresso, de 21 a 25 de julho. Ele lembrou que os cursos atendem às exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), para o vitalicciamento de juizes. “A avaliação do



Edison Aparecido Brandão e
Antonio Rulli Junior



Magistrados tiveram a opção de participar do curso de forma presencial



Daniela Nudeliman e
Wagner Roby Gidaro



Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa e Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

aproveitamento no curso ('ótimo', 'bom', 'regular' ou 'insuficiente') é feita pela EPM, com base nos relatórios entregues pelos vitaliciandos. O resultado é encaminhado pela Escola à Corregedoria Geral da Justiça e à Enfam, para homologação”, explicou.

O juiz Edison Aparecido Brandão, secretário-geral da Escola e coordenador da transmissão, também recordou o êxito do primeiro curso e destacou o pioneirismo na realização de cursos a distância para magistrados. “Com o sucesso alcançado, a EPM tem sido procurada por diversas escolas de magistratura do País para realizar, em conjunto, os cursos exigidos pela Enfam”, ressaltou.

As duas últimas aulas foram dedicadas ao esclarecimento do grande número de perguntas recebidas, por *e-mail*. No dia 29, as questões foram respondidas pelos juízes Wagner Roby Gidaro (“Nova Lei do Júri”) e Daniela Nudeliman (Juizados Especiais).

No dia 30, os esclarecimentos ficaram a cargo do desembargador Rulli Junior (Jurisdição e Constituição) e dos juízes Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa (menores) e do desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior (legislação eleitoral).

1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

De 10 a 24 de novembro, foi realizado o “1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento” para juízes vitalícios. Coordenado pelo desembargador Roque Antonio Mesquita de Oliveira e pelo juiz Fernando Figueiredo Bartoletti, o curso foi oferecido de forma presencial e por meio de videoconferência, possibilitando a participação de magistrados que atuam em todo o Estado de São Paulo e nos Estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Tocantins.

O curso atendeu aos critérios da Enfam, que passou a exigir, a partir de 2008, a realização de cursos de aperfeiçoamento para os fins de promoção por merecimento. Conforme estabelecido, o magistrado

deve frequentar, com aproveitamento, curso com carga horária de, no mínimo, 20 horas/aula semestrais ou 40 horas/aula anuais, por ano em que permanecer em exercício na entrância, para a Justiça Estadual, e no cargo, para a Justiça Federal.

A aula inaugural teve a participação dos desembargadores Antonio Rulli Junior, diretor da EPM; Antonio Carlos Malheiros e Carlos Paulo Travain, conselheiros da EPM; e Henrique Nelson Calandra, presidente da Apamagis; além dos juízes Edison Aparecido Brandão, secretário-geral da EPM; Tercio Pires, coordenador-geral de 1ª Instância; e Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, professora assistente.



Edison Aparecido Brandão, Fernando Figueiredo Bartoletti, Carlos Paulo Travain, Enrique Ricardo Lewandowski, Antonio Rulli Junior, Walter de Almeida Guilherme, Antonio Carlos Malheiros e Henrique Nelson Calandra



A programação teve início com palestras do ministro Enrique Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (“República – Direitos Fundamentais”), e do desembargador Walter de Almeida Guilherme, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e corregedor regional eleitoral (“20 Anos de Constituição - A Constituição de 1988 e sua aplicação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”).

Dando continuidade ao curso, o professor Lair da Silva Loureiro Filho foi o palestrante do dia 11, desenvolvendo o tema: “Os desafios da sociologia jurídica na sociedade brasileira”. Em seguida, no dia 12, o

desembargador Eutálio José Porto Oliveira ministrou a aula “Filosofia do Direito”.

A programação do dia 13 foi dedicada ao estudo do Direito Ambiental, tendo como expositor o desembargador Gilberto Passos de Freitas, ex-corregedor-geral da Justiça de São Paulo.

O ex-diretor da EPM, desembargador Marcus Vinicius dos Santos Andrade, foi o palestrante do dia 14, discorrendo sobre o tema: “Direito real de superfície – Superfície urbana e superfície rural”.

A questão da capitalização de juros foi debatida no dia 18, em evento que teve como expositores os integrantes do Conselho Regional de



Fernando Bartoletti e Eutálio José Porto Oliveira



Fernando Bartoletti e Gilberto Passos de Freitas



Marcus Vinicius dos Santos Andrade

Economia de São Paulo (Corecon) Waldir Pereira Gomes (presidente), José Dutra Vieira Sobrinho e Pedro Afonso Gomes.

No dia 19, o juiz Marcelo Matias Pereira ministrou a aula “Lei Maria da Penha”. Na sequência, o desembargador José Damiano Pinheiro Machado Cogan abordou o tema: “Lavagem de dinheiro”.

Concluindo o conteúdo programático, foram estudados, no dia 21, os temas: “Processo penal contemporâneo e dignidade humana”, que teve como palestrante o desembargador Marco Antonio Marques da Silva, e “Aspectos controvertidos da Lei de Drogas”, questão analisada pelo juiz Cláudio do Prado Amaral.

O encerramento do curso, no dia 24, foi feito pelo desembargador Roberto Antonio Vallim Bellocchi, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, e teve a participação do diretor da EPM e dos juizes Fernando Bartoletti e José Maria Câmara Júnior, assessor da Presidência do TJSP.

Na ocasião, o desembargador Rulli Junior agradeceu o apoio da Presidência do TJSP à implantação do sistema de videoconferência na Escola. “O importante não é dominar a tecnologia, mas a metodologia de ensino, passando do sistema de transmissão de conhecimentos presencial para o virtual”, observou o diretor da EPM.



Pedro Afonso Gomes, José Dutra Vieira Sobrinho, Fernando Bartoletti e Waldir Pereira Gomes

O desembargador Roberto Vallim Bellocchi cumprimentou a atual gestão da EPM pela adoção do ensino a distância, ponderando que já não há necessidade da presença física: “Sou um defensor desse sistema, que beneficia a muitos que não podem comparecer, em razão das dificuldades de transporte”, afirmou. Ele ressaltou que o Tribunal de Justiça tem uma grande preocupação com o aprimoramento dos magistrados. “É uma carreira de desafios e que demanda tempo, mas é o tempo que forma o juiz. E, aliadas ao preparo dos magistrados, estão a preocupação do Tribunal de Justiça e a tecnologia, ferramentas que podem fazer muito pela prestação do serviço judiciário”, ressaltou o presidente do TJSP.



Marcelo Matias Pereira



Roberto Antonio Vallim Bellocchi



Fernando Bartoletti e José Damião Pinheiro Machado Cogan



Marco Antonio Marques da Silva e Cláudio do Prado Amaral

2º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

No período de 25 de novembro a 8 de dezembro, a EPM disponibilizou as palestras do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento”, realizado de 10 a 24 de novembro, para uma nova turma de juízes vitalícios.

De acordo com um levantamento do número de acessos às transmissões, efetuadas durante os dois períodos, o maior número de acessos (1.216) coube à abertura do curso, que teve as palestras: “República – Direitos Fundamentais”, proferida pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e “20 Anos de Constituição – A Constituição de 1988 e sua aplicação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”, ministrada pelo desembargador Walter de Almeida Guilherme.

Em segundo lugar (850), está a aula “Capitalização de juros”, ministrada pelos integrantes do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon) Waldir Pereira Gomes, José Dutra Vieira Sobrinho e Pedro Afonso Gomes.

Em seguida, vêm as aulas: “Processo Penal contemporâneo e dignidade humana” e “Aspectos controvertidos da Lei de Drogas” (577 acessos); “Direito Ambiental” (534); “Os desafios da Sociologia Jurídica na sociedade brasileira” (522); “Filosofia do Direito” (500); “Lei Maria da Penha” e “Lavagem de dinheiro” (485); “Direito real de superfície – Superfície urbana e superfície rural” (467) e o encerramento do curso (352).

Palestras de abertura foram proferidas pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski (esq.) e pelo desembargador Walter de Almeida Guilherme (dir., ao lado do juiz Fernando Bartoletti, coordenador do curso)



Cursos, Seminários e Palestras

1º Curso de Reciclagem Jurídica de Fomento Mercantil



Alexandre Neves, Oscarlino Moeller, Oldemar Azevedo, Luiz Lemos Leite, José Luis Dias da Silva e Antonio Rulli Neto

No dia 7 de março, a EPM realizou um curso de reciclagem jurídica sobre fomento mercantil, em parceria com a Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil (Anfac), a Associação Brasileira dos Advogados de Empresas de Fomento Mercantil (Abaef) e o Instituto Brasileiro de Fomento Mercantil (IBFM). O evento teve a participação dos desembargadores Oscarlino Moeller e Oldemar Azevedo; do presidente da Anfac, Luiz Lemos Leite; do advogado e professor Antonio Rulli Neto; do vice-presidente da Abaef, José Luis Dias da Silva; do advogado Alexandre Neves e do diretor da “RPost”, Fernando Neves.

Em sua exposição, Luiz Lemos Leite recordou a evolução do fomento mercantil, no Brasil, apontando, como princípio central, a prestação de serviços em caráter contínuo. Citou, ainda, o projeto de lei 13/2007,



encaminhado pela Anfac ao Congresso Nacional: “Queremos controlar, regulamentar e moralizar a atividade, condensando a ampla e difusa legislação que a baliza, de forma a amparar o empresário”, explicou, salientando que a atividade será caracterizada pela comprovação do serviço prestado.

Na sequência, Oscarlino Moeller discorreu sobre os aspectos relevantes do contrato de fomento e sua função social. Ele citou as alterações decorrentes do Código Civil, de 2002, que, em seus artigos 421 e 422, possibilitou a interpretação dos contratos com base no princípio da boa-fé objetiva e na função social. “O que se busca, na forma conclusiva do contrato, no âmbito da boa-fé objetiva, é o desenvolvimento ético, de veracidade e clareza”, observou, acrescentando que a função



Oscarlino Moeller



social é concretizada com a recuperação extrajudicial da empresa.

Os danos causados pela litigiosidade irresponsável foram abordados por Antonio Rulli Neto, que citou estudos que demonstram o prejuízo social provocado pela insegurança jurídica. “Quando se cria um entrave, não previsto em lei, à circulação do título, há uma quebra da confiança ou da boa-fé objetiva, prejudicando o mercado, como um todo”, ressaltou. Ele ponderou que o Judiciário deve tutelar a confiança nas relações. “Em um segundo momento, devemos discutir a responsabilização das empresas fomentadas, no sentido de ressarcirem os prejuízos que causarem”, afirmou.

José Luís Dias da Silva observou que o curso visou recordar conceitos que devem ser transmitidos ao Judiciário, uma vez que sua ausên-

cia, na lide, contribui para decisões nocivas. Ele recordou a definição de Luiz Lemos Leite, que conceitua *factoring* como atividade mista atípica que, embora inexistente legislação específica, é válida, desde que atenda às regras do artigo 104 do Código Civil. “Não há legislação que proíba qualquer modalidade de *factoring*, prevalecendo as regras de Direito Cambiário”, observou.

Encerrando o evento, Oldemar Azevedo salientou a importância da informação e atentou para a mudança que deverá ocorrer nas operações dos bancos tradicionais, citando, como exemplo, a queda das carteiras imobiliárias nos EUA, com relação à hipoteca. “Tudo isso terá reflexos positivos no fomento mercantil, ampliando e sofisticando seu campo de atuação”, ressaltou.

1º Curso de Extensão Universitária em Justiça Restaurativa

De 31 de março a 30 de junho, foi realizado o primeiro curso de extensão universitária em Justiça Restaurativa da EPM. Coordenado pelos juízes Egberto de Almeida Penido e Eduardo Rezende Melo, o curso teve cerca de cem alunos matriculados e abrangeu, em sua programação, as práticas, princípios e aplicações da Justiça Restaurativa, bem como sua integração com o sistema judiciário e com o sistema educacional.

A aula inaugural foi proferida pelo juiz Egberto Penido, responsável pela implementação de um projeto de Justiça Restaurativa no bairro paulista de Heliópolis. Ele explicou o contexto de surgimento do movimento que originou esse modelo de Justiça, na década de 1970, em países como os Estados Unidos, o Canadá, a Nova Zelândia e a Inglaterra. Observou que esse movimento foi motivado pela insatisfação social com as respostas dadas pelo Direito – principalmente o Penal –, às situações de conflito e de violência. “O aumento das taxas de violência e de encarceramento colocaram em xeque a capacidade que as penalidades têm em cumprir sua função transformadora. Foi uma promessa não cumprida”, ressaltou.

Egberto Penido explicou que a qualidade “restaurativa” diz respeito a um novo modo de se lidar com os conflitos, em contraste com a Justiça tradicional ou “retributiva”. Entre as diferenças, destacou que o foco da Justiça retributiva é a culpa, enquanto que, na Justiça Restaurativa, há a preocupação com as dívidas e obrigações criadas, sendo o ofensor incentivado a reparar o dano de alguma maneira concreta. Observou, ainda, que o sistema penal dá pouca importância a essa reparação, preocupando-se mais em oferecer ao infrator uma outra espécie de dano: a pena.

O palestrante discorreu, ainda, sobre as metodologias utilizadas pela Justiça Restaurativa – calcadas na comunicação –, por meio das quais a



Egberto de Almeida Penido

vítima e o infrator têm mais condições de entender o porquê da eclosão do conflito. Nesse sentido, explicou o funcionamento do círculo restaurativo, um encontro que tem a participação da vítima, do ofensor e de outras pessoas atingidas, direta ou indiretamente, pelo conflito, como os membros da família de ambos ou pessoas da comunidade. O objetivo é chegar a um acordo que atenda às necessidades da vítima (inclusive as de teor emocional) e as do ofensor, de maneira a evitar uma possível reincidência no erro. Entretanto, jamais se deixa de lado a responsabilização do ofensor: “É importante dizer que não se faz terapia durante esse encontro”, frisou Egberto Penido.



Célia Whitaker e Howard Zehr

Howard Zehr

Como parte da programação do curso, os alunos assistiram a uma palestra do professor norte-americano Howard Zehr, um dos pioneiros na propagação dos princípios e práticas da Justiça Restaurativa. O evento aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no dia 7 de abril, e teve a participação do diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior; do secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto; dos juízes Egberto de Almeida Penido, Daniel Issler e Eduardo Rezende Melo; do professor Carlos Alberto de Salles, da Faculdade de Direito da USP; da defensora pública Renata Tibiriçá; da secretária-executiva da Comissão Municipal de

Direitos Humanos, Célia Cristina Monteiro de Barros Whitaker; e do coordenador de ensino da região metropolitana de São Paulo, Luiz Candido Rodrigues Maria. Howard Zehr apresentou as diretrizes da Justiça Restaurativa e ressaltou a importância de se contar com essa opção procedimental no sistema de justiça tradicional dos Estados Unidos. Ele explicou que uma das grandes diferenças entre o sistema convencional e o restaurativo reside no papel que é dado à vítima: no processo criminal comum, é tratada como mais um meio de prova, com o fim de incriminar o réu; nas práticas restaurativas, é colocada em posição central. “As vítimas querem uma chance de dizer o que sentiram. Elas querem ter opções no processo”, salientou.

1º Curso de Capacitação Especializada em Perícia Médica Judicial



Marcus Vinicius dos Santos Andrade, Silvio Marques Neto, Jorge Carlos Machado Curi e Mario Jorge Tsuchiya



De 4 de abril a 10 de maio, a EPM realizou, em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM), um curso para os médicos que atuam ou que queiram atuar como peritos, visando capacitá-los a auxiliarem os magistrados nas ações que envolvem práticas médicas.

A aula inaugural foi proferida pelo desembargador Marcus Vinicius dos Santos Andrade, ex-diretor da EPM, que apresentou um panorama da evolução do Direito e explicou a função do perito médico no Judiciário. O evento contou com a presença do presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi, e dos coordenadores do curso: o desembargador Silvio Marques Neto e o médico e professor Mario Jorge Tsuchiya.

Em sua exposição, Marcus Andrade ressaltou a importância da busca da verdade no Judiciário, lembrando que ela é feita por meio do processo, que está ancorado na demonstração dos fatos. “Há um choque de fatos, tornando necessária a produção de provas – orais, documentais ou periciais”, explicou, ponderando que a prova pericial é uma prova nobre, pois exige um preparo técnico-científico de quem a elabora. “O juiz não tem condições de compreender um fato que exige conhecimento especializado, necessitando do auxílio de um perito”, observou.

Ele lembrou que as condições de exercício do perito e de elaboração do laudo são previstas nos artigos 145, 146, 147 e 422 a 439, do Código de Processo Civil, e 275 a 281 e 158 a 184 (procedimento da perícia), do Código de Processo Penal. “A perícia tem bom resultado quando traduz a verdade do fato que está sendo investigado, mesmo que o juiz não aceite sua conclusão”, afirmou, salientando que a função do perito é essencial, porque ele influi na convicção do juiz. “Por outro lado, o perito está limitado à descoberta do fato técnico, não podendo ingressar no campo jurídico ou tirar conclusões, que cabem ao magistrado”, complementou.

Por fim, Marcus Andrade citou os preceitos do Direito, conforme a conceituação do jurista romano Ulpiano, proferida no século III: “*viver honestamente, não prejudicar a outrem e dar, a cada um, o que é seu*”. “É fundamental que todos nós, profissionais do Direito – juízes, advogados, peritos –, observemos, permanentemente, esses preceitos, pois, somente com o exercício profissional ético-jurídico, encontraremos o sentido máximo do Direito: a justiça”, concluiu.

Medicina Legal

Na sequência, o médico e professor Daniel Romero Muñoz proferiu palestra, lembrando, inicialmente, que, ao realizar uma perícia médica, o profissional está exercendo a Medicina Legal. “Muitos a praticam sem saber, porque ainda existe a conotação de que ela é exercida apenas no necrotério”, observou.

Ele conceituou a Medicina Legal como uma superposição dos campos do Direito e da Medicina, citando a definição do professor Flaminio Fávero (1895-1982): “*É a aplicação de conhecimentos médicos e biológicos para a elaboração e execução das leis que deles carecem*”. Acrescentou que se trata de uma especialidade fundamentalmente prática, que abrange a Medicina e extrapola o campo das ciências biológicas. “É a contribuição da Medicina para que haja justiça social”, frisou, recordando a afirmação do desembargador Marcus Andrade, na palestra anterior: “*o perito médico é um profissional do Direito, a serviço da justiça*”.

Ele lembrou que a Medicina Legal é uma das mais antigas especialidades médicas, tendo, como marco, o “Código de Bamberg” (Alemanha, 1507), que obrigou os juízes a solicitarem a opinião de um



Marcus Vinicius dos Santos Andrade



Daniel Romero Muñoz

médico nos casos de homicídio, infanticídio e erro médico. Recordou que a atividade foi oficializada com a “*Constitutio Criminalis Carolina*”, de Carlos V (Alemanha, 1532), que estabeleceu, taxativamente, a intervenção de médicos nos casos de lesões, homicídios, suicídios de doentes mentais, parto clandestino, infanticídio, aborto, envenenamento e erros médicos, entre outros.

Daniel Romero Muñoz salientou que esses dois códigos marcaram o nascimento da Medicina Legal como ciência auxiliar do Direito. “A partir daí, passou a ser criada literatura específica sobre os procedimentos da perícia médica e apareceram as primeiras cátedras de Medicina Legal nas universidades”, lembrou, acrescentando que o primeiro curso de Medicina Legal, no Brasil, surgiu em 1832, no Estado do Rio de Janeiro.

Ciclo de palestras “Eleições 2008: O Judiciário e o Ministério Público no Processo Eleitoral”



De 3 a 11 de abril, foi promovido o ciclo de palestras “Eleições 2008: O Judiciário e o Ministério Público no Processo Eleitoral”, promovido pela EPM, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP), o Tribunal Regional Eleitoral/SP, a Procuradoria Regional Eleitoral/SP, a Associação Paulista de Magistrados, a Associação Paulista do Ministério Público e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Cidadania. Realizado no auditório “Queiroz Filho”, na sede do Ministério Público paulista, o evento foi disponibilizado por meio de videoconferência.

A abertura dos trabalhos foi prestigiada pelo diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior; pelo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Fernando Grella Vieira; pelo diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da ESMP, procurador de Justiça Mário de Magalhães Papaterra Limongi; e pela desembargadora Maria Salette Camargo Nascimento, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A palestra inaugural, “Representação relativa à propaganda irregular e antecipada”, foi proferida pelo desembargador Walter de Almeida Guilherme, vice-presidente do TRE/SP e corregedor regional eleitoral, e teve como debatedora a procuradora regional da República, em São Paulo, Mônica Nicida Garcia.

Presidindo a mesa, o desembargador Marco César Müller Valente, presidente do TRE/SP, festejou a realização do evento pela EPM: “O ciclo de palestras representa o prosseguimento da aten-



Walter de Almeida
Guilherme e
Marco César
Müller Valente



Marco César Müller Valente,
Fernando Grella Vieira,
Mário de Magalhães
Papaterra Limongi,
Mônica Nicida Garcia e
Antonio Rulli Junior

ção dedicada pela Escola ao Direito Eleitoral. Essa atenção começa no Curso de Iniciação Funcional, demonstrando a louvável preocupação com o preparo dos juízes ingressantes, aos quais competirá, no desenvolvimento de suas carreiras, o exercício pleno da judicatura eleitoral de 1º grau”, ressaltou.

Ele destacou a relevância do tema, diante da proximidade das eleições municipais de 2008: “O Poder Judiciário Eleitoral está com as atenções voltadas para essas eleições, quando serão escolhidos os prefeitos e vereadores dos 645 municípios do Estado de São Paulo. É uma eleição de enormes proporções, trazendo grandes responsabilidades para o Tribunal Regional Eleitoral e para o Ministério Público paulistas.

É por essa razão que agradeço, em nome da Justiça Eleitoral paulista, a qualificada contribuição que todos darão, em especial, os juízes de 1º grau, muitos dos quais presidirão eleições pela primeira vez”, concluiu o presidente do TRE/SP.

Walter de Almeida Guilherme ressaltou, também, a importância do debate acerca das atuações da magistratura e do Ministério Público no processo eleitoral e elogiou a iniciativa conjunta das respectivas instituições de ensino. “A Escola Paulista da Magistratura e a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo sempre marcharam paralelas e é assim que deve ser”, salientou, lembrando que iniciou sua carreira no Ministério Público paulista.

Palestra “Crime organizado, lavagem de dinheiro e pirataria”

No dia 9 de abril, o procurador federal de Justiça Jason Gull, coordenador da Divisão de Crimes Cibernéticos e de Propriedade Intelectual do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, proferiu palestra na EPM, em evento que teve a participação dos desembargadores Antonio Rulli Junior e José Damião Pinheiro Machado Cogan (coordenador).

Jason Gull explicou que cerca de 95% dos casos de violação à propriedade intelectual que chegam à Justiça, nos EUA, são cíveis, resultando em ações de empresa contra empresa ou das gravadoras contra indivíduos. Ele ressaltou que, em geral, a opinião pública não dá a devida importância a esses delitos, associados ao *download* ilegal de músicas ou à venda de cópias ilegais de CDs e DVDs. Entretanto, lembrou

que envolvem o roubo de patentes e de segredos industriais e prejudicam, principalmente, os “pequenos criadores”, que dependem da competitividade.

Ele salientou que a falsificação é um negócio crescente, abrangendo produtos farmacêuticos, alimentícios, de limpeza, roupas infantis e peças automotivas e de aeronaves. “Estima-se que 2 a 7% dos produtos disponíveis no mercado mundial sejam falsificados. No caso dos medicamentos, esse percentual chega a 10%, de acordo com uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como promotores, defendemos não apenas os direitos autorais, mas também os direitos dos consumidores, que precisam de informações honestas para garantir sua segurança. Assim, enfocamos a aplicação das sanções penais”, afirmou.

O palestrante lembrou que, por se tratar de uma atividade extremamente lucrativa, a pirataria atrai, cada vez mais, o crime organizado: “As penalidades para esse tipo de crime, em geral, não são suficientes para deter a ação do crime organizado, que o considera uma operação de baixo risco, em comparação com outras”.

Ele explicou que, embora a interceptação de dados ele-



Jason Gull,
Antonio Rulli Junior e
José Damião Pinheiro
Machado Cogan

trônicos seja considerada crime na legislação norte-americana, há exceções que permitem o monitoramento de comunicações. “Conforme o nível de proteção de privacidade, precisamos de uma autorização judicial específica”, explicou, acrescentando que a conversa telefônica só pode ser interceptada no caso de crimes mais graves, enquanto a autorização para interceptação de *e-mails* pode ser obtida em qualquer investigação.

Para evitar abusos, as autorizações são válidas por determinado período – em geral 30 dias –, podendo ser renovadas. Entretanto, se houver percepção de risco iminente de morte ou de ferimentos graves, podem ser feitas monitorações emergenciais de conversas telefônicas, sem

prévia autorização judicial. “Essa é uma situação extremamente rara e exige a apresentação de um relatório detalhado à Corte, no prazo de 48 horas, constituindo crime sua não apresentação”, revelou Jason Gull.

Ele acrescentou que, se a prova for obtida por meio de interceptações não-autorizadas, em geral, é excluída do processo, devido às leis de proteção à privacidade e à própria Constituição. No entanto, algumas ações que são ilegais ou violam a “Lei de Privacidade das Comunicações Eletrônicas” (*Electronic Communications Privacy Act*) não violam, necessariamente, a Constituição, podendo ser aceitas como prova. “É o caso da interceptação não-autorizada de *e-mails*, aceita em muitas Cortes”, explicou.



Palestra “Responsabilidade penal dos administradores públicos”

No dia 24 de abril, o procurador de Justiça Alain Leroux, integrante da Corte de Apelo de Angers (França), proferiu a palestra “Responsabilidade penal dos administradores públicos”. O evento, coordenado pelo desembargador Luiz Roberto Sabbato, foi realizado pela EPM, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, e contou com a presença dos desembargadores Antonio Rulli Junior, Heraldo de Oliveira Silva, Alfredo Fanucchi Neto e Luiz Edmundo Marrey Uint; da juíza Claudia Lucia Fonseca Fanucchi; e dos professores Yves Dolais, vice-presidente de relações internacionais da Universidade de Angers, e Paulo Hamilton Siqueira Júnior, coordenador da Faculdade de Direito da FMU.

Inicialmente, Alain Leroux citou a obra “Germinal”, de Émile Zola, pu-

blicada em 1885. No livro, é narrado o desabamento de uma mina de carvão, que soterra dezenas de operários. Além de não ser responsabilizado pelo acidente, o diretor da mina é nomeado, pouco depois, oficial da Legião de Honra da França. “O romance mostra um fato real, porque, durante muito tempo, era quase impossível responsabilizar o agente público na França. Somente no final do século XX que a questão passou por uma evolução significativa”, recordou, explicando que são considerados agentes públicos os funcionários não-eleitos, que exercem autoridade pública, entre eles: os administradores regionais, os integrantes de corpo técnico, como engenheiros e inspetores, e os integrantes do corpo docente das instituições de ensino.



Paulo Hamilton Siqueira Júnior,
Alfredo Fanucchi Neto,
Yves Dolais,
Antonio Rulli Junior e
Alain Leroux



Alain Leroux e
Luiz Roberto Sabbato

Ao falar sobre a mudança de paradigma que ocorreu na França, nos últimos anos, recordou um caso clamoroso de utilização de sangue contaminado com o vírus da AIDS, que causou a morte de quatro pessoas. Embora tenha ocorrido em 1984, o fato só foi divulgado em abril de 1991, provocando forte reação da opinião pública. “A partir dessa ocorrência, foi adotada postura diametralmente oposta pela sociedade e pelo legislador francês. Passou a ser exigida uma conduta exemplar do agente público, não se aceitando mais que seu cargo seja considerado para adequação de sua responsabilidade”, salientou.

O palestrante acrescentou que essa mudança faz parte de um movimento amplo, marcado pelo surgimento de uma jurisdição europeia e internacional. “A União Europeia influenciou, em especial, o campo do Direito Mercantil, equiparando o tratamento das empresas públicas e

privadas, de forma a evitar que as públicas fossem privilegiadas”, complementou.

Alain Leroux explicou que a responsabilização penal dos administradores públicos pressupõe a existência de uma falta que configure descumprimento de uma obrigação e demonstre intenção. “O elemento intencional tem um papel importante, porque permite estabelecer a diferença entre erro e culpa”, ressaltou.

Ele ponderou que, atualmente, a atribuição da responsabilidade penal é feita com excesso de rigor na França. “Se a vigilância aos agentes públicos continuar a ser feita com tanta severidade, há o risco de provocarmos uma paralisação da sociedade”, ressaltou, acrescentando que já existe um movimento, no País, no sentido de se buscar um equilíbrio, de forma a não prejudicar o progresso social.

Curso sobre Interceptação Telefônica

A interceptação telefônica foi tema de curso nos dias 9, 10 e 11 de junho. A palestra inaugural foi proferida pelo deputado federal Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba e teve a presença dos desembargadores Ruy Pereira Camilo, Antonio Rulli Junior, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, José Damião Pinheiro Machado Cogan (coordenador do curso), Marco Antonio Marques da Silva, José Raul Gavião de Almeida e Henrique Nelson Calandra.

Marcelo Itagiba recordou que a realização de escutas é anterior à Lei 9.296/96 (“Lei de Interceptação Telefônica”). “A legislação é boa, mas muito mal aplicada e fiscalizada”, observou, lembrando que, durante os quatro primeiros anos de existência da Lei 9.296/96, a interceptação foi utilizada, basicamente, para propiciar a prisão em flagrante e não como prova processual.

Entre os problemas envolvidos, destacou: a banalização, a falta de controle e a má-instrumentalização. “De acordo com as operadoras de telefonia, em 2007, foram recebidos 409 mil mandados. Não temos, sequer, como verificar se isso corresponde à verdade”, observou, ponderando que as autoridades não estão preparadas para o uso da escuta como instrumento probatório. “Somos obrigados a degravar tudo? A escuta deve ser



Pedro Luiz Ricardo Gagliardi,
Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba,
Antonio Rulli Junior,
Ruy Pereira Camilo e
José Damião Pinheiro Machado Cogan

feita por tempo limitado ou indefinidamente? Deve ser usada para investigar crime futuro ou passado? Investigamos crimes ou pessoas?”, indagou. O deputado apontou, ainda, a “perversidade” representada pelo vazamento de trechos de escutas para a imprensa. “O material não é disponibilizado na íntegra, formando uma convicção e uma prévia condenação”, concluiu.

No dia 10, o delegado e professor Gaetano

Vergine explicou o procedimento técnico da interceptação telefônica e discorreu sobre o sistema “Guardião”, utilizado para a realização das escutas. Na sequência, o funcionamento operacional do sistema foi apresentado pelo engenheiro Pedro Cunali, especialista em telecomunicações.

Encerrando o curso, o professor Vicente Greco Filho analisou a Lei 9.296/96. Ele recordou que a quebra do sigilo de conversas telefônicas já era prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62). “Isso provocou polêmica porque, teoricamente, a utilização de frequência está sob a proteção de sigilo, assegurado nas Constituições anteriores a 1988. Somente na Constituição de 1988 foi introduzida a hipótese de quebra desse sigilo, mediante autorização judicial, para fins de investigação criminal”, explicou, acrescentando que a Lei 9.296/96 foi editada após decisão do STF que considerou que a Lei 4.117/62 não fora recepcionada pela Constituição.

Ele definiu interceptação como a captação (por qualquer meio), por parte de terceiro, de conversa entre dois interlocutores (titulares do sigilo), mediante um dos meios previstos na Lei (telefonia, telegrafia ou comunicação de dados). “Se for feita sem autorização judicial, constitui crime e é considerada prova ilícita”, explicou, lembrando

do que, de acordo com a Constituição, a autorização só pode ser concedida para a interceptação telefônica.

Vicente Greco ressaltou que a natureza da interceptação é a produção antecipada de provas e que ela visa complementar os elementos que motivaram a investigação. “Considero que a autorização judicial deve contemplar uma linha específica e não uma lista de telefones, como tem ocorrido”, frisou, lembrando que ela não pode ser concedida para ações cíveis.



José Damião Pinheiro Machado Cogan e Vicente Greco Filho



Curso “Alterações da Nova Legislação Processual Penal e do Código de Trânsito Brasileiro quanto à Alcoolemia”

Nos dias 19, 20 e 22 de agosto, as alterações da legislação processual penal e do Código de Trânsito Brasileiro quanto à alcoolemia foram analisadas na EPM, em curso coordenado pelo desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan.

No primeiro dia, o médico Sérgio Duailibi discorreu sobre os efeitos do álcool no comportamento dos motoristas e sobre o funcionamento dos etilô-

metros (“bafômetros”). Ele salientou que, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os problemas relacionados ao “beber e dirigir” não decorrem dos dependentes, mas dos bebedores eventuais, que consomem grandes quantidades – especialmente jovens, nos finais de semana. “É consenso internacional que o álcool deve ser considerado questão de segurança e de saúde pública, tendo a mesma importância do tabaco e das outras drogas, com proibição ou limitação da propaganda”, afirmou.

Ele ponderou que o índice estabelecido na Lei 11.705/08 não é exagerado, porque a situação é grave e não há outras políticas públicas relacionadas ao consumo de álcool, no Brasil. “Cerca de 40% dos acidentes de trânsito, com morte, estão associados ao álcool. Do ponto de vista da saúde pública, a radicalização da lei pode ser sustentada pela necessidade de se atingir a população jovem”, frisou, acrescentando que a redução da tolerância tem efeitos na diminuição de acidentes, a longo prazo, com custo-benefício positivo.

Os aspectos legais da alteração dos critérios de alcoolemia foram discutidos, no dia 22, pelo professor Vicente Greco Filho. Ele advertiu que não há como se comprovar que a edição da Lei 11.705/2008 tenha reduzido o número de mortes no trânsito, conforme divulgado na mídia: “É irresponsabilidade, em termos de conclusão baseada em pesquisa, afirmar isso, porque não há elementos que demonstrem relação de causa e efeito, como, por exemplo, o contexto em que ocorreram as mortes”.

Para ele, o maior problema da Lei é a colocação de uma concentração de álcool no sangue como elemento do tipo penal. “Caso não seja feito o exame sanguíneo – e ninguém é obrigado a fazê-lo, com base no direito



Sérgio Duailibi, Antonio Rulli Junior e José Damião Pinheiro Machado Cogan

de não se auto-acusar e no direito à integridade – como um exame clínico comprovará o índice de 0,6?”, indagou, ponderando que a colocação de um dado físico-químico tornou a Lei inaplicável. Para fins administrativos, é possível levar em conta os indícios de embriaguez. Para fins penais, entretanto, não há base jurídica e técnica para se comprovar o delito”, concluiu.

Alterações no Código de Processo Penal

No dia 20, o desembargador Marco Antonio Marques da Silva discorreu sobre as alterações da lei processual penal. Inicialmente, analisou a Lei 11.719/2008, lembrando que passaram a existir três procedimentos: ordinário, sumário e sumaríssimo. Destacou, ainda, o disposto nos artigos 395 e 396 (possibilidade e razões para o juiz rejeitar, liminarmente, a denúncia), salientando que a Lei estabeleceu dois momentos de cognição e conhecimento e não “dois recebimentos de denúncia”. “O legislador buscou evitar o ‘calvário’ processual, porque, como regra, a Lei é feita para o cidadão e não para o criminoso empedernido. Para o cidadão honesto, o processo já é a pena”, ressaltou.

Em seguida, discorreu sobre a Lei 11.690/08. Entre os pontos destacados, citou a alteração da ordem dos atos processuais, lembrando que o interrogatório do acusado passou a ser o último ato da audiência. Mencionou, ainda, a determinação da audiência única de instrução e julgamento para a produção de provas (artigo 400). “Acho que o juiz deve exercitar o bom senso, caso alguma testemunha não compareça, e verificar a possibilidade de interrogá-la em outra oportunidade”, ponderou.



Vicente Greco Filho e Damião Cogan



Marco Antonio Marques da Silva



Semana Jurídica



Divulgação/UNG

Fernando Cesar Carrari, Regis de Castilho Barbosa Filho, Rodrigo Capez, Antonio Rulli Junior, Euclides Benedito de Oliveira e Airton Trevisan

De 11 a 15 de agosto, o Núcleo Regional de Guarulhos da Escola Paulista da Magistratura, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Guarulhos e com a Escola da Defensoria Pública de São Paulo, promoveu a “Semana Jurídica”, que consistiu de um ciclo de palestras com renomados juristas.

No primeiro dia, o diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, presidiu a mesa, no período noturno. Na oportunidade, o desembargador Euclides Benedito de Oliveira discorreu sobre o tema: “Quando o meu bem vira meus bens: do casamento ao divórcio”. O evento teve a participação dos juízes Regis de Castilho Barbosa Filho, coordenador do Núcleo da EPM e diretor do Fórum de Guarulhos, Rodrigo Capez, então diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Guarulhos, e Fernando Cesar Carrari; e do advogado Airton Trevisan, presi-

dente da OAB Guarulhos.

Proferiram palestras, também, os juízes Cláudio Luiz Bueno de Godoy (“Liberdade de imprensa e direitos da personalidade”), Marcelo Matias Pereira (“Violência doméstica”), Francisco Eduardo Loureiro (“Novas questões de responsabilidade civil”) e Manoel Justino Bezerra Filho (“Falência e recuperação judicial. Visão histórica e atualidades”); os promotores de Justiça Edílson Mougnot Bonfim (“O novo processo penal”) e Felipe Locke Cavalcanti (“O Conselho Nacional de Justiça”); o defensor público Luiz Eduardo de Toledo Coelho (“A Defensoria Pública”); o deputado Fernando Capez (“Recentíssimas alterações processuais no júri”); e o secretário dos transportes de São Paulo, Alexandre de Moraes (“Evolução da jurisdição constitucional nos 20 anos da Constituição Brasileira”).

Aula magna do Módulo III do Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial



Álvaro Villaça Azevedo

No dia 26 de agosto, o professor Álvaro Villaça Azevedo ministrou a aula “Princípios gerais dos contratos e os contratos atípicos”, que iniciou o Módulo III do 4º curso de pós-graduação *lato sensu*, especialização em Direito Empresarial, da EPM, coordenado pelo juiz José Antonio de Paula Santos Neto.

Inicialmente, o palestrante recordou os chamados “pactos”, previstos no Direito Romano: “Naquela época, o devedor era executado, fisicamente, podendo ser condenado à escravidão ou ao esartejamento”, explicou,

lembrando que, com o advento do Código Civil Napoleônico, em 1804, passaram a ser executados os bens do devedor.

Ele conceituou contrato como um ato jurídico bilateral, que estabelece a obrigação de dar ou fazer alguma coisa, representando uma lei firmada entre os contratantes (“*Lex Private*”). “O Código Civil italiano o define como a vontade das partes, criando obrigação e direito”, explicou. Nesse sentido, destacou a função social e a boa-fé objetiva, entre seus princípios gerais: “O contrato deve atender aos interesses das partes e à evolução e realização de fins da sociedade, que são indelegáveis”.

Por fim, citou os contratos atípicos, que não são previstos na legislação, mas são validados pela prática. Lembrou que já existiam no Direito Romano, citando como exemplos, o “mútuo”, o “comodato” e o “depósito”. Mencionou, ainda, o inominado, em que não há modalidade específica: “É o caso do contrato de *shopping center*”, explicou.



Curso “Poder Judiciário para Jornalistas”



Carolina Nabarro Munhoz Rossi, José Paulo Lanyi e João Baptista de Oliveira



Sidnei Basile



De 1 a 5 de setembro, a EPM promoveu o curso “Poder Judiciário para jornalistas – A estrutura, os princípios norteadores e as diferenças de linguagem”. Coordenado pela juíza Carolina Nabarro Munhoz Rossi, o curso visou propiciar a aproximação entre o Judiciário e a imprensa, transmitindo aos jornalistas informações sobre a estrutura jurídica, princípios do Direito, funcionamento e principais procedimentos do Judiciário.

A palestra inaugural foi proferida pelo desembargador Aloísio de Toledo César, que discorreu sobre a divisão dos Poderes no Estado Democrático de Direito e sobre a estrutura e órgãos que compõem o Poder Judiciário. Ele abordou, também, a questão do relacionamento entre a imprensa e o juiz, lembrando que a função do Poder Judiciário é “dizer o Direito”,

razão pela qual o magistrado deve observar uma postura irrepreensível.

No dia 2, o juiz Marco Aurélio Stradiotto de Moraes Ribeiro Sampaio foi o palestrante, analisando, entre outras questões: os princípios constitucionais e processuais do Direito; o devido processo legal; o duplo grau de jurisdição; o contraditório; a ampla defesa; a liberdade de expressão; a intimidade; e a liberdade de imprensa, entre outros.

No terceiro dia, o tema estudado foi: “O Poder Judiciário na imprensa - Comunicação. Linguagens próprias”, tendo como expositores o jornalista José Paulo Lanyi e o jornalista e advogado João Baptista de Oliveira, presidente da Associação Paulista de Imprensa (API) e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo.



Mariya Akulich, Carolina Nabarro, Mônica Elisabete Caniato e Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda



No dia 4, o jornalista Sidnei Basile, vice-presidente de relações institucionais da Editora Abril, falou sobre a atualidade do jornalismo no Brasil e sobre Direito do Consumidor, apresentando, ainda, as principais dúvidas e críticas em relação à Lei de Imprensa.

O último dia de curso contou com a participação da assessora de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo, Mônica Elisabete Caniato, e da estudante russa Mariya Akulich, aluna da Faculdade de Jornalismo Internacional da Universidade de Relações Internacionais de Moscou.

A primeira palestra foi proferida pela juíza Carolina Nabarro, que explicou as prerrogativas do juiz, salientando que elas visam garantir a

boa prestação jurisdicional. Ela citou algumas críticas feitas pela imprensa ao Judiciário, entre elas, o corporativismo. “Esse corporativismo não existe, porque, ao julgar um colega, o juiz é mais rigoroso, pois o magistrado representa o Judiciário, devendo ter conduta exemplar”, ressaltou.

Encerrando o evento, o desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda apresentou um panorama histórico e político do Judiciário e do relacionamento com a imprensa, apontando diferenças entre os objetivos e a ética da imprensa e do Judiciário: “O jornalista busca a verdade dos fatos. Com isso, a ética da mídia é a busca da verdade. O juiz, por sua vez, busca o justo. Ele não julga as pessoas; julga os fatos. Assim, a ética do magistrado é a busca do justo”, concluiu.

Curso “Alterações no Procedimento do Júri (Lei 11.689/2008)”

As alterações advindas da Lei 11.689/2008 foram analisadas na EPM, nos dias 25 e 30 de setembro, em evento que teve a participação dos desembargadores Antonio Rulli Junior, José Damião Pinheiro Machado Cogan (coordenador) e José Roberto Barbosa de Almeida.

No dia 25, o promotor de Justiça Antonio Carlos da Ponte foi o palestrante, observando, inicialmente, que, na ausência de uma política de Estado em segurança pública, modifica-se, constantemente, a legislação. Ele citou, como principal inovação, o fim do protesto por novo júri: “Esse era um instrumento da mais absoluta impunidade,” disse, apontando suas raízes nas Ordenações Filipinas, revogadas em 1830, que admitiam a pena de morte e a prisão perpétua.

O promotor salientou que, embora a fase inicial (“juízo de acusação”) tenha sido limitada a 90 dias, foi a segunda fase do júri (“juízo de causa”) que sofreu mais alterações, pois se iniciava com o libelo-crime acusatório, que foi extinto, passando a começar quando o promotor e o defensor forem instados a apresentar o rol de testemunhas. Ele recordou que o libelo delimitava a acusação e orientava a quesitação. Com a nova lei, a pronúncia procede à delimitação, mas as partes não podem fazer menção a ela, durante os debates, embora os jurados recebam cópias.

Outro ponto destacado foi o estabelecimento da audiência única: “Alguns juízes

têm feito a cisão, por considerá-la inviável”, observou, mencionando, ainda, a redução da idade mínima dos jurados, de 21 para 18 anos, e o aumento do número de jurados convocados, de 21 para 25, com a exigência de, no mínimo, 15 para início da sessão. Citou, também, a restrição da leitura de peças, ponderando que ela é fundamental, em alguns casos: “Defensor e acusador não têm condições de fazer um relato minucioso”.

Em relação à modificação na quesitação, questionou se compete ao juiz eleger a tese absolutória cabível ou a que tenha sido suscitada pela defesa, ponderando que o conselho de sentença deve fundamentar a razão da absolvição. “Parece-me que esse é o único caminho para que tenhamos a noção de que o júri não é uma loteria e que o



José Damião Pinheiro Machado Cogan, Antonio Rulli Junior, Antonio Carlos da Ponte e José Roberto Barbosa de Almeida

jurado julga com bom senso, mas sem se afastar, de maneira alguma, da lei”, concluiu.

Concentração de atos procedimentais

No dia 30, a procuradora de Justiça Eloísa de Souza Arruda foi a expositora. Ela ressaltou que as alterações visaram, principalmente, a celeridade, sendo marcadas pela concentração de atos procedimentais e pela oralidade, possibilitando, inclusive, que o júri aconteça sem o réu. “Acho que o espírito do legislador foi o de agilizar a resposta penal aos crimes dolosos contra a vida, identificando o que seriam as ‘usinas de prescrição’ – situações geradoras contumazes de prescrição”, observou, ponderando que a ausência do réu traz desvantagens: “Sua presença é simbólica para os jurados”.

A palestrante destacou, ainda, a colocação da oitiva do réu por último, observando que a medida é uma forma de o legislador frisar que o interrogatório é meio de defesa e não de prova. Entretanto, ponderou que ele tem a função mista de defesa e de prova.

Ela citou, também, a proibição do uso das algemas em plenário – salvo se absolutamente necessário –, salientando que será necessário solicitar e justificar sua utilização. “Essa justificativa pode influenciar o ânimo dos jurados,” ponderou.

Eloísa de Souza Arruda lembrou que, embora tenha havido mudança nos quesitos, a dinâmica da votação continua a mesma. Ela observou que nova lei protege melhor o sigilo da votação: “O ‘7 a 0’ revelava o voto. Agora, quando há resposta negativa de mais de três jurados, a qualquer dos quesitos, a votação é encerrada – o que implica na absolvição –, e não é revelado quem votou”, concluiu.



José Damiano Pinheiro
Machado Cogan e
Eloísa de Souza Arruda

I Bienal de Jurisprudência Luso-Brasileira de Direito

No dia 15 de outubro, a EPM, em parceria com o Centro de Estudos Notariais e Registrais da Faculdade de Direito de Coimbra (CENoR) e com o projeto “Educação Continuada de Cartórios” (EduCartório), promoveu a “I Bienal de Jurisprudência Luso-Brasileira de Direito”. Coordenado pela juíza Tânia Mara Ahualli, o evento foi realizado, simultaneamente, em duas salas.

Na sala 1, os trabalhos da manhã foram presididos pelo desembargador Gilberto Passos de Freitas. O tema em debate foi: “Áreas urbanas de gênese ilegal - Regularização fundiária e áreas contaminadas”, com palestras do juiz Vicente de Abreu Amadei (“Disciplina normativa e a experiência de São Paulo”); da professora Madalena Teixeira, do CENoR (“Áreas urbanas de

gênese ilegal – A experiência portuguesa”); do juiz Luís Paulo Aliende Ribeiro (“Gênese ilegal e aquisição da propriedade”); do registrador Marcelo Augusto Santana de Melo (“Áreas contaminadas – Publicidade registral”); do promotor de Justiça Ivan Carneiro Castanheiro (“Áreas contaminadas”) e do registrador Carlos Eduardo Duarte Fleury (“Regularização”).

Na sala 2, o tema discutido foi: “A função social da propriedade – Direito do consumidor e o Registro de Imóveis”. O debate foi coordenado pela professora Suzana Federighi e teve como expositoras a professora Margarida Costa Andrade, da Universidade de Coimbra (“A função social da propriedade – A experiência portuguesa”); a advogada



Margarida Costa Andrade e Suzana Federighi



Denise Nonaka Aliende Ribeiro (“Registro de Imóveis e o Código de Defesa do Consumidor”) e o registrador Flauzilino Araújo dos Santos (“Parcelamento do solo urbano e o Direito do Consumidor”).

Na parte da tarde, foi debatido o tema: “Regularização fundiária – Usucapião (judicial, notarial, registral e administrativa)”, na sala 1, sob a coordenação do juiz Venício Antonio de Paula Salles e de Madalena Teixeira. O tema foi analisado pelo desembargador Benedito Silvério Ribeiro (“Usucapião coletiva”); pelo procurador de Justiça Sérgio Luis Mendonça Alves (“Regularização fundiária e usucapião”); pela juíza Tânia Mara Ahualli (“A experiência da vara especializada em São Paulo”) e pelo advo-

gado Pedro Cortez (“Regularização fundiária e políticas de governo”).

Na sala 2, os trabalhos versaram sobre o tema: “Garantias reais, ocultas e ação executiva” e foram presididos pelo jurista Melhim Namem Chalhub e por Margarida Costa Andrade. As palestras estiveram a cargo do advogado Ricardo Sayeg (“Microcrédito e hipoteca social para regularização urbanística”); do representante do CENoR Rafael Vale e Reis (“A ‘hipoteca genérica’ – A importância do registro na determinação da prestação garantida”); do registrador Alexandre Laizo Clápis (“Garantias reais e bens públicos”) e do advogado Luiz Fernando Ferraz de Rezende (“Garantias reais”).



Tânia Mara Ahualli e Benedito Silvério Ribeiro

III Seminário Luso-Brasileiro de Direito Registral Imobiliário



Francisco José Rezende dos Santos, Helvécio Duia Castello, Rafael Vale e Reis, Antonio Rulli Junior, Gabriel Alonso Landeta, Flauzilino Araújo dos Santos e Ubiratan Pereira Guimarães

Dando continuidade aos debates iniciados durante a “I Bienal de Jurisprudência Luso-Brasileira de Direito”, realizada no dia 15 de outubro, a EPM promoveu, nos dias 16 e 17 de outubro, o “III Seminário Luso-Brasileiro de Direito Registral Imobiliário - Contratação dos negócios imobiliários e seus reflexos na segurança jurídica”, promovido em parceria com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), com o Centro de Estudos Notariais e Registrais da Faculdade de Direito de Coimbra (CENoR) e com o projeto Educação Continuada de Car-



Francisco José Rezende dos Santos, Francisco Eduardo Loureiro, Tânia Mara Ahualli, Luís Paulo Aliende Ribeiro e Sérgio Jacomino

tórios (EduCartório). Com a participação de magistrados, integrantes do Ministério Público, juristas, registradores, advogados e estudantes, o evento proporcionou ampla troca de conhecimentos sobre os sistemas registrais brasileiro, português e espanhol. Entre os expositores, estavam os professores Madalena Teixeira, Margarida Costa Andrade e Rafael Vale e Reis, do CENoR, e os registradores imobiliários Gabriel Alonso Landeta e Jorge Blanco Urzaiz, do Colégio de Registradores da Espanha.



José Marcelo Tossi Silva, José Manoel de Arruda Alvim Netto e Tânia Mara Ahualli



A abertura dos trabalhos foi feita pelo diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, e contou com a participação do presidente do Irib, Helvécio Duia Castello; do presidente da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp), Flauzilino Araújo dos Santos; do presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo, Ubiratan Pereira Guimarães; e de Gabriel Alonso Landeta e Rafael Vale e Reis.

O primeiro tema em debate, “Direitos reais sobre imóveis – Panorama atual da contratação por instrumento particular no Brasil”, teve como

expositores o juiz Francisco Eduardo Loureiro e o registrador Francisco José Rezende dos Santos e contou com a participação da juíza Tânia Mara Ahualli, responsável pela área de Registros Públicos da EPM; do juiz Luís Paulo Aliende Ribeiro e do registrador Sérgio Jacomino.

Na sequência, o professor catedrático de Direito Processual Civil José Manoel de Arruda Alvim Netto e o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça José Marcelo Tossi Silva analisaram o tema: “Direitos reais sobre imóveis”.

Seminário “Os vinte anos da Constituição-Cidadã”

Nos dias 30 e 31 de outubro, a Escola Paulista da Magistratura e a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) promoveram o seminário “Os vinte anos da Constituição-Cidadã”. O evento foi realizado no auditório da Apamagis, sob a coordenação do desembargador Antonio Raphael Silva Salvador, diretor cultural da associação.

No primeiro dia, foi analisado o tema: “A Constituição de 2008 e sua aplicação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”. O debate foi presidido pelo diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, e teve como expositor o desembargador Walter de Almeida Guilherme, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de

São Paulo e corregedor regional eleitoral. Participaram, como debatedores, os desembargadores Marco Antonio Marques da Silva e Regina Zaquia Capistrano da Silva e o juiz Durval Augusto Rezende Filho.

No dia 31, o ministro Sydney Sanches, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, proferiu a palestra: “A Constituição de 2008 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal”. A questão foi debatida pelos desembargadores Caio Eduardo Canguçu de Almeida e Luiz Augusto de Salles Vieira e pelos juizes Claudio Luiz Bueno de Godoy e João Batista Amorim de Vilhena Nunes.



Durval Augusto Rezende Filho, Antonio Raphael Silva Salvador, Walter de Almeida Guilherme, Antonio Rulli Junior e Regina Zaquia Capistrano da Silva



Luiz Augusto de Salles Vieira, Caio Eduardo Canguçu de Almeida, Sydney Sanches, Antonio Raphael Silva Salvador, Claudio Luiz Bueno de Godoy e João Batista Amorim de Vilhena Nunes



Durval Augusto Rezende Filho, Antonio Raphael Silva Salvador e Walter de Almeida Guilherme



VI Simpósio Responsabilidade Civil no Transporte Rodoviário de Cargas



Zélia Maria Antunes Alves, Flávio Benatti, Marcos Aurélio Ribeiro, Heraldo de Oliveira Silva, Marco Aurélio de Mello e Antonio Rulli Junior

A questão da responsabilidade civil no transporte rodoviário de cargas foi tema de simpósio, realizado, no dia 31 de outubro, no Hotel Braston, em São Paulo (SP). O evento foi promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em conjunto com a Academia Paulista de Magistrados (APM); a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis); a NTC&Logística; a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (Fetcesp); e o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo e Região (Setcesp).

O simpósio contou com a participação dos desembargadores Antonio Rulli Junior, diretor da EPM; Heraldo de Oliveira Silva, presidente da Academia Paulista de Magistrados; Benedito Silvério Ribeiro, Marco Antonio

Marques da Silva, Luiz Edmundo Marrey Uint, Eutálio José Porto Oliveira e Zélia Maria Antunes Alves; do presidente da NTC&Logística e da Fetcesp, Flávio Benatti; e do assessor da NTC&Logística, Marcos Aurélio Ribeiro, além de diversos magistrados e profissionais que atuam na área de transportes de cargas. A palestra inicial foi proferida pelo ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal da Justiça, que discorreu sobre o tema: “A desconsideração da personalidade jurídica na execução em que são oferecidos bens à penhora pela devedora”.

No período da tarde, o desembargador José Renato Nalini, do Tribunal de Justiça de São Paulo, ministrou a palestra: “As restrições de circulação de caminhões nas regiões urbanas e abastecimento nas cida-



Marco Aurélio Mello

des e sua constitucionalidade”, em que ressaltou que o município pode legislar sobre a restrição de circulação de caminhões e de veículos nas regiões urbanas.

Encerrando o evento, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, proferiu palestra: “A constitucionalidade do pedágio municipal com finalidade de contenção de tráfego local”. Em sua exposição, apontou o pedágio urbano como inconstitucional, salientando que ele não pode ser utilizado para limitar o tráfego de veículos nos grandes centros, principalmente no “coração do município”, onde o uso das vias deve ser viabilizado, independentemente, de qualquer planejamento.



Seminário “Biotec sem Mistério”



Alda Lerayer e Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa



Marcelo Gravina



Patricia Fukuma e Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa

Nos dias 1, 3 e 4 de dezembro, a Biotecnologia foi discutida, na EPM, em seminário promovido pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), sob a coordenação do juiz Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa.

No dia 1º, a professora Alda Lerayer discorreu sobre o histórico e a integração entre as diversas áreas da Biotecnologia, conceituada, de acordo com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), como um processo tecnológico que permite a utilização de material biológico para fins industriais. “Sua principal vantagem é o aumento da produtividade, em uma mesma área de cultivo”, ressaltou.

A professora lembrou que processos biotecnológicos são usados desde a Antiguidade, citando a obtenção de levedos para a produção de cervejas, vinhos e pães. Observou, ainda, que vários vegetais consumidos, hoje, foram obtidos por melhoramento genético. “A modificação

do meio ambiente não começou com os transgênicos, mas com o início do cultivo, quando o homem passou a alterar o bioma de uma área”, explicou.

Ela recordou que a primeira grande aplicação da Biotecnologia ocorreu na área médica: “Boa parte dos antibióticos são produzidos por microorganismos transgênicos”, afirmou, mencionando, também, a insulina, a vacina contra a Hepatite B, o hormônio do crescimento e a terapia gênica. Entre as pesquisas em andamento, no Brasil, destacou a clonagem, na soja, do fator 9 de coagulação do sangue – essencial para os hemofílicos.

Alda Lerayer ressaltou que, em razão da desinformação, persistem diversos mitos, entre eles, o risco da Biotecnologia para a biodiversidade: “Isso é um engano, porque o geneticista precisa de variedade para pesquisar genes de interesse”. Quanto aos transgênicos, explicou que os fatores

de risco para a saúde humana e para o meio ambiente, como toxicidade e potencial alergênico, são analisados desde que a pesquisa é concebida: “É necessário avaliar o gene que será introduzido, a proteína que será codificada e a construção genética que será feita. Tudo é avaliado pela CTNBio, que leva em conta o princípio da ‘equivalência substancial’ para aprovar o produto para o consumo”, concluiu.

Benefícios para o meio ambiente

No dia 3, o engenheiro agrônomo e professor Marcelo Gravina proferiu palestra, enfocando a Agrobiotecnologia: “Essa é a ‘terceira onda’ da Biotecnologia, envolvendo inovações que irão mudar a concepção que se tem da agricultura, que produzirá, além de alimentos, produtos que a indústria química produz, contribuindo para uma agricultura e uma indústria mais sustentáveis”, explicou.

Marcelo Gravina destacou a utilização da biomassa residual – aquela não consumida como alimento, como a palha do milho ou o bagaço da cana-de-açúcar, composta, basicamente, de carbono. “Estima-se que, por volta de 2025, mais de 35% da matéria-prima da indústria de transformação será baseada na biomassa”, adiantou, apontando, como principais benefícios, a recuperação do solo e a diminuição do efeito estufa. “Já está sendo empregado o conceito de ‘biorrefinaria’, que é uma planta industrial que integra equipamentos para a conversão da biomassa em combustíveis e em produtos químicos, com a transferência da lógica de produção da indústria petroquímica”, explicou. Ele acrescentou que esse processo já está em andamento, citando, como exemplo, a produção brasileira de biocombustíveis: “O Brasil é um protagonista na produção de energia”, ressaltou.

Regulamentação no Brasil

No dia 4, a advogada Patricia Fukuma apresentou um panorama da regulamentação da Biotecnologia no Brasil, discorrendo sobre a legislação pertinente e sobre os procedimentos da CTNBio.

Ela citou a primeira Lei de Biossegurança do País (Lei 8.974/95), lembrando que foi muito questionada – inclusive quanto à competência da CTNBio, antes de sua regulamentação por lei –, entrando em conflito com a Lei 6.938/81 (“Lei do Meio Ambiente”). “Como resultado dessa controvérsia, foi proibida a avaliação, pela CTNBio, para fins comerciais, de organismos geneticamente modificados (OGM), o que paralisou a Biotecnologia, no Brasil, até 2005”, recordou.

Nesse contexto, discorreu sobre a criação da Lei 11.105/2005, destacando, entre seus objetivos: a preservação do meio ambiente; a autorização do uso da Biotecnologia, com o estabelecimento de normas para esse uso; e a revogação da Lei 8.974/95 e da Medida Provisória 2.191/2001. “Seu papel principal foi harmonizar a legislação de Biossegurança com a Lei Ambiental e com a Lei 7.802/89 (‘Lei dos Agrotóxicos’)”, ponderou, acrescentando que a Lei reiterou a competência da CTNBio para identificar as atividades com OGMs potencialmente causadores de degradação ambiental e avaliar aspectos de saúde humana, animal e ambiental na segurança do OGM.

Patricia Fukuma salientou que, ao aprovar a Lei de Biossegurança, em 1995, o Brasil optou pelo uso da Biotecnologia, estabelecendo regras para isso. Frisou, ainda, que nenhuma decisão da CTNBio é generica: “Cada evento é avaliado individualmente, o que representa maior segurança”, concluiu.

Seminário “Aspectos Jurídicos dos Meios de Pagamento Eletrônico”

No dia 18 de dezembro, foi promovido, no auditório do Hotel Macksoud Plaza, em São Paulo (SP), o seminário “Aspectos Jurídicos dos Meios de Pagamento Eletrônico”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em parceria com a Academia Paulista de Magistrados (APM) e a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis).

A abertura dos trabalhos foi realizada pelos desembargadores Antonio Rulli Junior, diretor da EPM; Heraldo de Oliveira Silva, presidente da APM;

e Zélia Maria Antunes Alves, representando o presidente da Apamagis.

A palestra inicial, “Histórico e operações Visa”, foi ministrada pelo diretor de operações e sistemas da Visa, Cristiano Costa, que apresentou um painel histórico do desenvolvimento dos cartões Visa.

Na sequência, foi analisado o tema: “Aspectos jurídicos para meios de pagamento eletrônico”, que teve como expositor o advogado Ricardo Azevedo Sette e como debatedores os juízes Francisco Eduardo Loureiro e Hamid Charaf Bdine Junior.



Cursos para Servidores

Palestra “Produtividade Cartorária”

Nos dias 9 e 30 de maio, diretores de escritórios cíveis e criminais participaram de palestras na EPM, promovidas, em conjunto, com a Corregedoria Geral da Justiça. No dia 9, o curso foi voltado para os diretores de escritórios cíveis e teve como tema: “Produtividade Cartorária”. A palestra foi proferida pelo juiz auxiliar da Corregedoria Augusto Drummond Lepage e contou com a presença do desembargador Antonio Carlos Malheiros, responsável pela área de aperfeiçoamento funcional de servidores da EPM, e do juiz auxiliar da Corregedoria Hamid Charaf Bdine Júnior, professor assistente da EPM.

No início dos trabalhos, o desembargador Malheiros adiantou que estão previstos diversos cursos para os servidores, inclusive para os oficiais de Justiça, ressaltando que a realização desses cursos é uma maneira de valorizá-los e de agradecer-lhes por tudo o que têm feito em prol do Judiciário. “Vocês são a base do nosso sistema judiciário. Sem vocês, não conseguiríamos fazer absolutamente nada”, salientou, acrescentando que aprendeu muito com os funcionários do TJSP, com quem tem tido contato desde quando era estagiário de advocacia.

Em sua exposição, Augusto Drummond Lepage destacou que há uma “queda vegetativa” na quantidade de servidores do TJSP, nos últimos 14 anos: “Os números demonstram que as nomeações não acompanham o percentual de aposentadorias e de exonerações, não havendo, sequer, reposição do quadro”, observou.

Ele citou dados estatísticos, relativos a 15 escritórios da Capital, comparando a situação atual com a de março de 1994, início da informatização do TJSP: “Apesar do aumento crescente na distribuição de processos, tivemos uma redução de funcionários, principalmente nos foros regionais”, afirmou, citando, como exemplo, a relação de processos por es-



Hamid Charaf Bdine Júnior, Augusto Drummond Lepage e Antonio Carlos Malheiros

crevente na 1ª Vara Cível Central: “Em 1994, tínhamos 100 processos para cada escrevente. Hoje, são 650”.

O palestrante observou que, embora a incorporação de novas ferramentas, como o computador, tenham otimizado a produção, para fazer frente à situação atual, é preciso estudar as melhores formas de organização do trabalho. Nesse sentido, apontou, como recomendada pela Corregedoria, a especialização do escrevente em determinadas tarefas, de forma a aumentar a produtividade.

No dia 30, foi a vez dos diretores de escritórios criminais participarem do curso, que consistiu de palestra sobre produtividade cartorária, preferi-



Cada palestra contou com a participação de cerca de 160 diretores de ofícios

da pelo juiz Augusto Drummond Lepage, e de uma exposição do juiz assessor da Corregedoria Rui Porto Dias, que discorreu sobre as peculiaridades da rotina de trabalho dos ofícios criminais.

O evento foi aberto pelo diretor da EPM, desembargador Rulli Junior, que ressaltou a qualidade do corpo de funcionários do TJSP e lembrou que o seu aprimoramento é uma das prioridades da Escola. “No pedido de credenciamento dos cursos da EPM na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), fizemos questão de dedicar um item aos funcionários do Judiciário paulista, que prestam excelentes serviços ao Estado”, concluiu.



Reuniões

Reunião com o desembargador Renan Lotufo

No dia 6 de março, o desembargador Antonio Rulli Junior reuniu-se com o desembargador Renan Lotufo, professor responsável coordenador do curso de especialização em Direito Privado da Escola.

Na ocasião, Renan Lotufo destacou a relevância do módulo IV do curso de Direito Privado, “Responsabilidade Civil”, oferecido pela primeira vez na Escola: “É uma matéria que, por si só, comportaria um curso inteiro”. Ele ressaltou que o tema tem tido amplo desenvolvimento, tanto em relação à doutrina, quanto à jurisprudência, contribuindo para o aprimoramento de seus mecanismos. “É curioso que, embora nascida no Direito Penal, a Responsabilidade Civil tenha evoluído, de tal forma, que chegou ao Direito Civil e expandiu-se para quase todos os ramos do Direito. Isso é importante porque contribui para a melhoria do convívio social, no que diz respeito à lesão à pessoa – patrimonial ou moral –, criando mecanismos de reparação, de dissuasão e, no mundo moderno, de prevenção”, ressaltou.

Renan Lotufo elogiou a atuação da equipe de professores assistentes, no sentido de buscar o aperfeiçoamento do Direito Privado e, conseqüentemente, de sua aplicação, e destacou a boa receptividade dos alunos. “Fiquei emocionado ao receber o trabalho das mãos de um dos alunos, que é advogado e é o mais velho da turma. Ele fez uma menção



Renan Lotufo e Antonio Rulli Junior

em que nos agradece pelo oferecimento do curso, que é uma realização conjunta”, salientou.

Ele destacou, ainda, as particularidades do curso de especialização em Direito Privado do núcleo regional da EPM de Campinas, iniciado no dia 21 de fevereiro. “Esse curso apresenta algumas diferenças, em relação aos outros, em função das peculiaridades da região, que, por ser um pólo industrial e cultural, apresenta questões relativas à responsabilidade civil que não são comuns em outras regiões do Estado”, afirmou.

Ampliação da Biblioteca da EPM

No dia 6 de março, o desembargador Antonio Rulli Junior reuniu-se com a coordenadora dos Acervos Judiciários e Publicações do Tribunal de Justiça de São Paulo, Valquíria Aparecida Aguiar da Costa, e com o diretor-técnico do Departamento de Gestão de Conhecimento Judiciário, José Carmelito Neves dos Santos. Participou da reunião a diretora de serviço da EPM, Elizabete Álvares Cruz.

Na ocasião, foi discutida a ampliação das instalações da Biblioteca da EPM, para acomodar novas doações – de acordo com Valquíria da Costa, existem cerca de 20 mil volumes disponíveis. Para isso, a biblioteca deverá ser transferida do 2º para o 5º andar do prédio da Escola. Com cerca de nove mil volumes, a Biblioteca da EPM funciona de segunda a sexta-feira, das 9 às 21 horas.



Valquíria Aparecida Aguiar da Costa, Elizabete Álvares Cruz, Antonio Rulli Junior e José Carmelito Neves dos Santos

Instalação da unidade de cerimonial e relações públicas

No dia 9 de abril, foi instalada, na EPM, uma unidade de serviço de cerimonial e relações públicas (GACE 2). O setor tem como diretora-técnica de serviço Sonia Alves de Medeiros e é composto pelas funcionárias Maria da Conceição Silva das Neves, Marcia Silva Ferreira, Andrea Luis e Tânia Maria Araújo Vieira.

De acordo com o desembargador Rulli Junior, a unidade de cerimonial e relações públicas será responsável pela recepção das autoridades que visitam a instituição e pelas cerimônias de formatura dos alunos dos cursos de pós-graduação, além de outros eventos promovidos pela Escola.



Tânia Maria Araújo Vieira, Maria da Conceição Silva das Neves, Sonia Alves de Medeiros, Marcia Silva Ferreira e Andrea Luis

Visita do professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos

No dia 2 de abril, o professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, integrante do Conselho Estadual de Educação, reuniu-se com o desembargador Rulli Junior. Na ocasião, discorreu sobre a atuação do Conselho: “Ele não apenas estabelece as normas da educação básica, mas também atua no ensino superior, que está a cargo das três universidades estaduais paulistas – as três maiores do País – e das faculdades e fundações ligadas às prefeituras municipais”, afirmou.

O professor destacou, também, a importância do trabalho desenvol-

vido na EPM: “A Escola Paulista da Magistratura é a espinha dorsal do sistema judiciário do nosso Estado, responsável por manter a qualidade na formação dos juizes, para que não tenham que depender apenas do aprendizado prático, como ocorria no passado, quando o juiz era um autodidata”, salientou.

Ele apontou, ainda, o que considera o papel fundamental da EPM: “A judicatura envolve uma carreira longa, possibilitando que o magistrado acumule vivência e uma grande quantidade de conhecimento. Por meio da Escola, essa experiência pode ser transmitida aos juizes ingressantes, dando-lhes melhores condições de atuação e construindo o modelo do juiz paulista. Isso é fundamental, porque uma das coisas mais importantes em uma sociedade é seu sistema legislativo e sua aplicação, de forma a garantir a realização da democracia”, concluiu.



Antonio Rulli Junior e
Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos

Visita da presidente do IASP

No dia 1º de abril, a presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), Maria Odete Duque Bertasi, foi recebida, na Escola Paulista da Magistratura pelo desembargador Antonio Rulli Junior. Também participaram da visita o diretor cultural do IASP, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, e o diretor da Escola Paulista de Advocacia, Edson Antonio Miranda.

Durante o encontro, foi discutida a realização de parcerias pedagógico-culturais entre a EPM e o Instituto, com o objetivo de promover cursos e eventos em conjunto.



Maria Odete Duque Bertasi, Antonio Rulli Junior,
José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro e Edson Antonio Miranda

Reunião com representantes do Banco Nossa Caixa

Com o objetivo de acertar a renovação do patrocínio do Banco Nossa Caixa para as publicações da Escola, o desembargador Rulli Junior reuniu-se, no dia 17 de abril, com a gerente de divisão do Banco Mara Cristina Maronezi e com a gerente de relacionamento Inayê P. Brandão Ramos.

A EPM conta com o apoio cultural da Nossa Caixa desde junho de 2002, ano em que o TJSP firmou parceria com o Banco para viabilizar o projeto de informatização do Judiciário paulista. A partir de 2006, a Nossa Caixa passou a patrocinar, integralmente, as quatro publicações da Escola, que são distribuídas, gratuitamente, aos magistrados do Estado de São Paulo; ministros dos tribunais superiores; dirigentes dos tribunais estaduais e das escolas de magistratura; bibliotecas e instituições jurídicas, entre outros.



Mara Cristina Maronezi, Antonio Rulli Junior e Inayê P. Brandão Ramos

Reunião com representantes do IESS



Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho,
José Cechin,
Antonio Rulli Junior,
Carina Burri Martins e
Luiz Francisco Lopes

No dia 3 de abril, o desembargador Rulli Junior reuniu-se com representantes do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Participaram do encontro o superintendente executivo do IESS, José Cechin; o coordenador do Comitê Jurídico, Luiz Francisco Lopes; a economista Carina Burri Martins; e o professor e juiz aposentado Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho.

A EPM e o IESS promoveram, em conjunto, dois congressos jurídicos sobre saúde suplementar, realizados em junho de 2007 e em agosto de 2008. Os eventos enfocaram os desafios dos planos de saúde e os diversos aspectos relacionados à regulamentação desse setor de atividade, bem como o impacto da evolução tecnológica da Medicina,

e tiveram a participação de renomados magistrados e especialistas da área médica.

José Cechin salientou que o objetivo desses eventos é promover a troca de informações e de experiências entre magistrados e prestadores de serviço. “Queremos mostrar as tendências da área de saúde suplementar, de forma a promover qualidade de vida, com os menores custos possíveis”, explicou, acrescentando que também se busca apresentar o ponto de vista das entidades patronais, responsáveis pelos planos coletivos de saúde. “A participação dessas entidades é fundamental, pois 75% das pessoas que possuem plano de saúde, no Brasil, contrataram plano coletivo”, ressaltou.

Visita do diretor-geral da Enfam

No dia 11 de abril, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nilson Vital Naves, diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), foi recebido na EPM pelo desembargador Antonio Rulli Junior, juntamente com o desembargador Eladio Luiz da Silva Lecey, atual diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM).

Criada pela Emenda Constitucional 45/2004, a Enfam é vinculada ao STJ, tendo sido instalada no dia 12 de abril de 2007. A Escola tem como objetivos: a definição das diretrizes para a formação e aperfeiçoamento dos magistrados e a autorização e fiscalização dos cursos oficiais para ingresso e formação na carreira, além do fomento de pesquisas e promoção de intercâmbio cultural.

Em 2007, a Enfam passou a exigir a realização de curso de formação para ingresso na carreira da magistratura. A exigência consta da Resolução nº 1/2007, que determina que a 2ª fase do concurso de ingresso será feita nas escolas de magistratura. A avaliação, regulamentada pela Instrução Normativa nº 1/2008, deverá ser feita por disciplina e será expressa mediante os conceitos: “ótimo”, “bom”, “regular” ou “insuficiente”. O resultado será encaminhado pelas escolas à comissão do concurso, que poderá homologá-lo ou não.

A Enfam regulamentou, também, os cursos de aperfeiçoamento para os fins de vitaliciamento e promoção de magistrados, por meio da Resolução nº 2/2007 e da Instrução Normativa

nº 2/2008. De acordo com as normas da Enfam, o curso para vitaliciamento deverá ter, no mínimo, 30 horas/aula, por semestre, ou 60 horas/aula, por ano.

Já para os fins de promoção por merecimento, os magistrados deverão frequentar, com aproveitamento, curso de aperfeiçoamento com carga horária de, no mínimo, 20 horas/aula semestrais ou 40 horas/aula anuais, por ano em que permanecerem em exercício na entrância, para a Justiça Estadual, e no cargo, para a Justiça Federal.



Nilson Vital Naves, Antonio Rulli Junior e Eladio Luiz da Silva Lecey

Reunião com o diretor da ENM

No dia 27 de maio, o então diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e atual ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, foi recebido na EPM pelo desembargador Rulli Junior. O encontro teve a presença dos magistrados da República de Angola que frequentaram o Curso de Iniciação Funcional da EPM: as juízas Josina Mussua Falcão e Marta Ngueve Daniel Marques e os procuradores da República adjuntos Pedro Ngola e Teresa Luzendo.

Com grande experiência no ensino, Luis Felipe Salomão desenvolveu atividades nas escolas de magistratura de Portugal, Espanha e França, entre outras. Antes de ingressar no STJ, em junho de 2008, já participava do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), por indicação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).



Edna Maria Andrade

Pedro Ngola, Luis Felipe Salomão, Antonio Rulli Junior, Josina Mussua Falcão, Marta Ngueve Daniel Marques e Teresa Luzendo

Visita do procurador-geral do Estado

No dia 15 de maio, o procurador-geral do Estado de São Paulo, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, reuniu-se com os desembargadores Antonio Rulli Junior e Armando Sérgio Prado de Toledo, conselheiro da Escola. A visita teve como objetivo a discussão de questões pedagógico-culturais. Marcos Nusdeo é professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), desde 2000.



Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, Antonio Rulli Junior e Armando Sérgio Prado de Toledo

Visita do diretor da Escola Superior da Magistratura do Pará



Ricardo Oliveira, Wanda Magalhães, Ana Cristina Leite Chaves, Antonio Rulli Junior, Milton Nobre e Mário Tavares

No dia 9 de junho, o desembargador Milton Nobre, diretor da Escola Superior da Magistratura do Pará (ESM-PA), esteve na EPM, juntamente com a coordenadora-geral da ESM-PA, Ana Cristina Leite Chaves; o juiz Mário Tavares e os representantes da empresa “Oversee Tecnologia e Sistemas”, Ricardo Oliveira e Wanda Magalhães.

O objetivo da visita foi viabilizar a realização conjunta de cursos a distância para a formação continuada de magistrados. “Será importante essa colaboração entre as Escolas, com especialistas de ambas nas transmissões”, ressaltou o diretor da EPM, lembrando que a ESM-PA conta com infra-estrutura própria para a implantação do ensino a distância em todo o Estado.

Durante a reunião, os representantes da empresa “Oversee Tecnologia e Sistemas” fizeram uma demonstração da transmissão do julgamento dos acusados do assassinato de Doroty Stang, assistido até na China, por grupos de Direitos Humanos.



Antonio Rulli Junior e Eduardo Martines Júnior

Reunião com Eduardo Martines Júnior

No dia 29 de maio, o presidente da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação, Eduardo Martines Júnior, reuniu-se com o desembargador Rulli Junior.

O conselheiro discorreu sobre temas de educação e cidadania, objeto de pesquisa de sua tese de doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e destacou o resultado dos cursos de pós-graduação da EPM no meio jurídico.

Salientou, ainda, a importância dos cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados da EPM, credenciados na Enfam.



Fernando Pereira e Antonio Rulli Junior

Reunião com o presidente do Tribunal de Justiça Militar

No dia 15 de julho, o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz coronel Fernando Pereira, foi recebido, na EPM, pelo desembargador Rulli Junior.

Durante o encontro, foram discutidas questões relativas à formação continuada de magistrados, em especial, as exigências contidas nas resoluções da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Foi acertada, ainda, a participação do Tribunal de Justiça Militar no Curso de Iniciação Funcional promovido pela EPM.



João Paulo Braga Cavalcante, Antonio Rulli Junior, Ana Amélia Feitosa Girão e Adriana Albano da Rocha

Visita de representantes da Escola Superior da Magistratura do Ceará

No dia 11 de julho, o desembargador Rulli Junior reuniu-se com integrantes da “Comissão para o Projeto de Unificação do Serviço de Treinamento e Reestruturação” da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec). Participaram do encontro a secretária executiva da Esmec, Ana Amélia Feitosa Girão; a chefe do Centro de Treinamento Integrado do Fórum Clóvis Beviláqua, Adriana Albano da Rocha; e o analista judiciário adjunto João Paulo Braga Cavalcante.

A reunião foi realizada a pedido do desembargador João Byron de Figueiredo Frota, diretor da Esmec, com o objetivo de compartilhar informações e experiências didático-pedagógicas na formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário.

Reunião com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral

No dia 23 de julho, o desembargador Marco César Müller Valente, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP), reuniu-se com o desembargador Rulli Junior para discutir questões relacionadas ao aperfeiçoamento de magistrados.

Na oportunidade, o desembargador Müller Valente participou da abertura do terceiro dia do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento”, que teve a programação da manhã dedicada ao estudo da organização e do funcionamento da Justiça Eleitoral.



Etha Maria Andrade

Marco César Müller Valente e Antonio Rulli Junior

Visita do presidente do Tribunal Supremo de Angola

No dia 25 de julho, o ministro Cristiano André, presidente do Tribunal Supremo de Angola, visitou a EPM. Na ocasião, presidiu o encerramento do “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento”, que teve a participação das juízas Josina Mussua Falcão e Marta Ngueve Daniel Marques e dos procuradores da República adjuntos Pedro Ngola e Teresa Luzendo, integrantes do Judiciário de Angola. O ministro elogiou a realização do curso por meio de videoconferência e afirmou que espera continuar tendo o apoio da Escola para o aperfeiçoamento dos magistrados angolanos – a EPM mantém, desde 2003, convênio com o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (Inej), órgão tutelado pelo Ministério da Justiça de Angola. “Quero cumprimentar, também, meus colegas angolanos e dizer-lhes que aguardamos seu retorno, agora enriquecidos pelos conhecimentos adquiridos na Escola Paulista da Magistratura”, afirmou.



Cristiano André e Antonio Rulli Junior

Reunião com a diretora da Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região

No dia 29 de setembro, a desembargadora Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha, diretora da Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região (Ematra 2), reuniu-se com o desembargador Rulli Junior.

Durante o encontro, os magistrados conversaram a respeito dos cursos de aperfeiçoamento para magistrados e funcionários e dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Foram discutidas, também, questões estruturais de ambas as escolas.



Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha e Antonio Rulli Junior



Paulo Hamilton Siqueira Júnior, Antonio Rulli Junior e Arthur Sperandéo de Macedo

Visita do vice-reitor e do diretor da Faculdade de Direito da FMU

No dia 23 de outubro, o desembargador Rulli Junior recebeu os professores Arthur Sperandéo de Macedo, vice-reitor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e Paulo Hamilton Siqueira Júnior, diretor da Faculdade de Direito da FMU e juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP).

Na ocasião, foi discutido o estabelecimento de um convênio acadêmico entre as duas instituições, para a realização de cursos em conjunto, bem como o lançamento de uma cartilha sobre a nova reforma ortográfica.



Carlos Antonio Luque, Antonio Rulli Junior e Luiz Carlos Vinha

Reunião com o diretor-presidente da Fipe

No dia 5 de novembro, o desembargador Rulli Junior reuniu-se com o diretor-presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Carlos Antonio Luque, e seu assistente, Luiz Carlos Vinha.

Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo e ex-secretário adjunto da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, Carlos Antonio Luque propôs a realização de um curso, na EPM, voltado para a demonstração do cálculo de índices de preços ao consumidor e de atualização de valores econômicos.

Visita do ministro Luiz Fux

No dia 14 de novembro, o ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, visitou a EPM, juntamente com o advogado Jackson Uchoa Vianna.

Na ocasião, o desembargador Rulli Junior prestou homenagem ao ministro, em nome da EPM e da Associação Paulista de Magistrados, em razão de sua contribuição para o ensino jurídico. Professor da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) e da Escola Superior da Advocacia (ESA), Luiz Fux é autor de diversas obras jurídicas, entre elas: “O Novo Processo de Execução: O cumprimento da sentença e a execução extrajudicial”, que teve sua segunda edição lançada no dia 13 de novembro, em São Paulo.



Jackson Uchoa Vianna, Antonio Rulli Junior e Luiz Fux

Reunião com o presidente do Tribunal de Contas do Município

No dia 19 de dezembro, o então vice-presidente e atual presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM), Roberto Braguim, reuniu-se com o desembargador Rulli Junior.

Durante a reunião, foi discutida a realização de cursos em conjunto, entre a EPM e a Escola de Contas, órgão do TCM. De acordo com o diretor da EPM, o objetivo é promover cursos presenciais e a distância, por meio de videoconferência, atendendo a magistrados, funcionários e demais profissionais da comunidade jurídica que têm interesse em participar dos cursos oferecidos pela Escola de Contas.



Rosa Maria Gomes Bagózius

Antonio Rulli Junior e Roberto Braguim

Visita de representantes da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

No dia 16 de dezembro, o delegado Aduino Rocchetto, presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, e Sérgio Gomes de Azevedo Peçanha, diretor jurídico da Associação, foram recebidos, na EPM, pelo desembargador Rulli Junior.

A reunião visou estabelecer uma parceria pedagógico-cultural entre as duas instituições. Como resultado, ficou prevista a realização conjunta de cursos na área de Segurança Estratégica.



Aduino Rocchetto, Antonio Rulli Junior e Sérgio Gomes de Azevedo Peçanha

Eventos

Posse da diretoria da EPM para o biênio 2008/2009

No dia 3 de março, o desembargador Antonio Rulli Junior assumiu a direção da EPM para o biênio 2008/2009, sucedendo o desembargador Marcus Vinicius dos Santos Andrade. Também assumiram seus cargos o vice-diretor, desembargador Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, e os integrantes do Conselho Consultivo e de Programas da Escola: desembargadores Antonio Carlos Malheiros, Armando Sérgio Prado de Toledo, Carlos Paulo Travain, José Raul Gavião de Almeida, Oscarlino Moeller e Walter de Almeida Guilherme e o juiz José Antonio de Paula Santos Neto.

A solenidade de posse, realizada no auditório da EPM, foi presidida pelo desembargador Roberto Antonio Vallim Bellocchi, presidente do TJSP, e prestigiada pelos ministros Enrique Ricardo Lewandowski, do STF; Massami Uyeda e José Augusto Delgado, do STJ; e Luis Paulino Mora Mora, presidente da Suprema Corte da Costa Rica; pelos desembargadores Ruy Pereira Camilo, corregedor-geral da Justiça; Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior, presidente do Copedem; José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, presidente do TJRJ; e Henrique Nelson Calandra, presidente da Apamagis; pelo secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey; pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vaz de Lima; pelo prefeito municipal Gilberto Kassab; pelo presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso; pelo deputado Arnaldo Faria de Sá e pelo secretário municipal de transportes, Alexandre de Moraes, entre outras autoridades.

No início da cerimônia, o desembargador Marcus Andrade conferiu o “Colar de Professor Emérito” – criado pela EPM para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e contribuição ao estudo e ao ensino do Direito – aos ministros Ricardo Lewandowski e José Delgado e aos desembargadores Roberto Vallim Bellocchi, Rulli Junior, Walter de Almeida Guilherme, Pedro

Gagliardi, Antonio Carlos Malheiros, Guilherme Gonçalves Strenger, Armando Sergio Prado de Toledo e Marco Antonio Marques da Silva.

Na sequência, Marcus Andrade recordou as principais realizações de sua gestão e ressaltou que a Escola é um patrimônio cultural da magistratura paulista: “Por essa razão, deve ser afastada, protegida e blindada das repercussões negativas de divergências e idiosincrasias pessoais e intentos desagregantes de grupos que só visam interesses próprios ou do patrolhamento ideológico. A EPM representa um valor, em si, na estrutura e divulgação do pensamento jurídico do Tribunal de Justiça e não pode servir a propósitos outros, estranhos aos estritos, mas preponderantes ditames educacionais”, concluiu.

Na sequência, o desembargador Rulli Junior salientou que sucede uma gestão coroada de êxitos e recordou o histórico da criação das escolas de magistratura, a partir da década de oitenta. “As escolas eram tidas, desde o início, como meios indispensáveis para a formação e aperfeiçoamento daqueles que exerceriam o poder jurisdicional, sobretudo, pela abertura nos usos e costumes, com o aumento da população e a aceleração da urbanização e da industrialização”, afirmou. Em seguida, condecorou Marcus Andrade com o “Colar de Professor Emérito”.

No final da cerimônia, o desembargador Roberto Vallim Bellocchi salientou que a EPM é um centro de reunião da comunidade jurídica de São Paulo e do País. “A Escola é o braço acadêmico e cultural do Tribunal de Justiça, que vem tratando de vigas educacionais importantes e formando profissionais e pós-graduandos, proporcionando, quiçá, o toque que falta na formação do juiz. A Escola é vista como um orgulho do Tribunal de Justiça de São Paulo, Estado que também tem orgulho de ser compreendido, no seu ponto de vista cívico e jurídico, pelo restante do País”, concluiu.



Luis Paulino Mora Mora, Enrique Ricardo Lewandowski, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Roberto Antonio Vallim Bellocchi, Marcus Andrade, Arnaldo Faria de Sá, Massami Uyeda, Antonio Rulli Junior e Luiz Flávio Borges D'Urso



Antonio Rulli Junior e Marcus Vinicius dos Santos Andrade

Homenagem ao professor José Francisco de Faria Costa

No dia 19 de março, o professor catedrático José Francisco de Faria Costa, presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), foi condecorado pelo desembargador Antonio Rulli Junior com a “Medalha do Mérito Acadêmico”, criada para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e relevante contribuição ao estudo e ao ensino do Direito.

A solenidade, realizada no auditório da EPM, foi prestigiada pelos desembargadores Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, vice-diretor da EPM; Otacilio Ferraz Felisardo, representando o presidente do TJSP; Marco Antonio Marques da Silva, coordenador-geral pedagógico da EPM; José Raul Gavião de Almeida, coordenador-geral pedagógico adjunto e financeiro; Benedito Silvério Ribeiro, coordenador da área de Direito Privado; e Alberto Silva Franco, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim); e pelos professores Vicente Greco Filho e Marcelo Figueiredo, diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP; além de outras autoridades do Judiciário paulista.

Ao agradecer a homenagem, o professor Faria Costa salientou que ela é prestada não ao docente, mas a “um pensamento, uma escola e uma forma de estar no mundo e na vida”. “Sempre tive como meta fazer com que a justiça seja tida como um ideal, aplicado a todas as ações, de forma que, ao final do dia, se possa dizer: fui justo! Essa é a obrigação funcional dos magistrados que estudam nessa casa, porque tenho a certeza de que todos podem dizer que foram justos, em relação às suas decisões”, afirmou.

Citou Aristóteles, ao apontar a justiça como valor supremo, marcado pela imparcialidade e independência, ao qual compete à magistratura servir. “O modo pelo qual concebemos o mundo é feito pelos magistrados, porque, em uma dimensão ontológica do Direito, a vida é feita de

barro, sangue, suor e lágrimas e é o juiz quem resolve os problemas decorrentes. Ele cumpre, todos os dias, a realização do Direito, de forma serena, imparcial e independente, respondendo à consciência”, concluiu.

Na sequência, Marco Antonio Marques da Silva ressaltou que a condecoração é um reconhecimento, não apenas dos paulistas, mas também dos demais magistrados brasileiros e portugueses, à atuação de Faria Costa como jurista, filósofo e humanista. “Mas não é apenas por essa razão ou pela importância da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que essa homenagem é prestada. É, também, pela gentileza e amabilidade do professor, pois, como citado por ele, ‘o Atlântico não nos separa; nos une’. E é nessa comunhão de idéias, de pensamentos e de bem-querer que a EPM se engrandece em tê-lo como professor emérito”, concluiu.

Encerrando a cerimônia, o diretor da EPM observou que a homenagem se estende a Portugal e às realizações dos portugueses no Brasil. Assim, recordou a atuação do diplomata de Portugal Alexandre Gusmão, nas negociações do Tratado de Madri, de 1750: “Ele teve o mérito inegável, na órbita do Direito internacional, de criar uma situação do ‘Direito de Fato’, ao argumentar que Portugal deveria permanecer nas terras que ocupava, tese aceita pelos espanhóis”.

Destacou, também, a criação do “Código Criminal do Império”, de 1830: “Esse código – que estabeleceu, pioneiramente, a pena alternativa –, foi criado por brasileiros que estudaram na Universidade de Coimbra”, afirmou, lembrando que a localidade é conhecida como “Cidade do Amor”. “Temos muito em comum, trazido de Portugal e continuado aqui, com muito amor, razão pela qual agradecemos a presença do professor Faria Costa e o convidamos a retornar, em breve, à EPM”, concluiu o desembargador Rulli Junior.



Marcelo Figueiredo,
Marco Antonio Marques da Silva,
Otacilio Ferraz Felisardo,
Antonio Rulli Junior,
José Francisco de Faria Costa e
Pedro Luiz Ricardo Gagliardi



Reunião de juízes que atuam nos Juizados Especiais



Edison Aparecido Brandão, Antonio Rulli Junior, Daniela Nudeliman, Ricardo Cunha Chimenti e Mônica Rodrigues Dias de Carvalho



Com o objetivo de buscar a uniformização e o aperfeiçoamento de procedimentos técnicos e jurisdicionais, a EPM realizou, no dia 22 de abril, uma reunião de juízes que atuam nos Juizados Especiais. O evento, supervisionado pelos juízes Ricardo Cunha Chimenti e Daniela Nudeliman, teve a participação do desembargador Antonio Rulli Junior e dos juízes Edison Aparecido Brandão, Carlos Vieira Von Adamek, presidente do Colégio Recursal do Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo, e Mônica Rodrigues Dias de Carvalho, integrante do Colégio Recursal.

Os participantes foram divididos em duas turmas (capital e interior), para levantamento dos procedimentos adotados em suas varas e problemas enfrentados. Entre os pontos debatidos, estavam: a adaptação à

digitalização processual, o arquivamento dos processos, o funcionamento dos anexos acadêmicos e o excesso de ações relativas aos planos econômicos. Também foram coletadas, por meio de questionário, informações sobre a distribuição das audiências, utilização ou não de conciliadores, realização de julgamentos antecipados e outras questões. O resultado das discussões foi encaminhado pela EPM ao Tribunal de Justiça, em forma de sugestões para o aprimoramento do trabalho.

De acordo com o juiz Ricardo Chimenti, o encontro visou ampliar o debate sobre os juizados, abrangendo o aspecto acadêmico. “Queremos uniformizar entendimentos na cidade de São Paulo e transmiti-los para os juizados do interior do Estado”, ressaltou, lembrando que, devido à falta de uniformização, muitos juízes adotam procedimentos que aca-



bam gerando inconvenientes para os outros juizados. “A idéia é fazer com que essas adaptações sejam feitas de forma comum”, salientou.

Ele acrescentou que a iniciativa visa levantar e atualizar os problemas enfrentados, entre eles, os relacionados à digitalização processual. “Temos encontrado várias dificuldades, inclusive quanto ao treinamento, uma vez que, por ser concentrada em alguns juizados, a digitalização ainda não foi amplamente discutida”, ponderou. O juiz lembrou que foi verificada a incompatibilidade do sistema digital em alguns casos, citando aqueles em que há conflitos de competência. “Na reunião de hoje, encontramos uma solução para isso, que é o estabelecimento do domicílio do autor como regra geral para se definir a competência, ainda que haja pedido de indenização em causa de direito do consumidor”, explicou Ricardo Chimenti.

Além de reuniões na Capital, foram realizados encontros regionais, sob a coordenação da juíza Daniela Nudeliman. “Estamos dividindo o Estado em cerca de cinco regiões, de forma a congregar todos que atuam nos juizados do interior. O objetivo dessas reuniões é debater os problemas ou pendências que possam existir entre os colegas, encaminhando as conclusões ao Tribunal de Justiça”, explicou.

Durante o evento, o juiz Edison Brandão anunciou a criação da “Lista dos Juizados”, implementada pela EPM, em conjunto com a Apamagis. A lista interliga, via *e-mail*, todos os juízes que atuam nos Juizados Especiais. “Basta acessar o endereço e enviar um *e-mail* para que todos recebam. Esperamos a participação de todos, para que tenhamos boa demanda de informações”, afirmou.

Formatura do 3º Curso de Pós-Graduação em Direito Penal

No dia 15 de maio, foi realizada, no auditório da EPM, a cerimônia de conclusão do 3º curso de pós-graduação *lato sensu*, especialização em Direito Penal, que formou 59 especialistas. O evento foi presidido pelo desembargador Antonio Carlos Viana Santos, presidente da Seção de Direito Público do TJSP, e teve a presença dos desembargadores Antonio Rulli Junior, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Armando Sérgio Prado de Toledo (subcoordenador do curso), Marco Antonio Marques da Silva, Antonio Luiz Pires Neto e José Damião Pinheiro Machado Cogan; do juiz Marcello do Amaral Perino; dos delegados de polícia Tabajara Novaes de Pinto e Mário Jordão Toledo Leme; e da advogada Dina Darc Ferreira Lima Cardoso, diretora cultural da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); entre outras autoridades.

Discursando em nome da turma, o procurador do Estado Salvador José Barbosa Júnior ressaltou a importância do curso para a carreira dos formandos, salientando que o compromisso da EPM, ao ministrar cursos de pós-graduação abertos à comunidade jurídica, é promover e auxiliar o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. “A missão da Escola é refinar o operador do Direito para conceder ao jurisdicionado o acesso à justiça, de forma mais racional, justa e humana. É com o dever de aplicar, tecnicamente, o Direito Penal, em benefício da sociedade, que recebemos o título de especialistas, pois à Escola importa que seus alunos divulguem seus conhecimentos e, sobretudo, que exerçam seu papel na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”, concluiu. Na sequência, Antonio Rulli Junior parabenizou os formandos, ressaltando que todos buscam o aperfeiçoamento



Antonio Luiz Pires Neto, Antonio Rulli Junior, Antonio Carlos Viana Santos, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi e Marco Antonio Marques da Silva



e perseguem um ideal de justiça, que está ligado ao conhecimento e à cultura jurídica. “O empenho dos alunos deste curso demonstra sua preocupação e seu amor pelo estudo da garantia da liberdade, que está representada pelo Direito Penal no Estado Democrático de Direito”, afirmou.

Em seguida, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi congratulou os formandos e saudou os magistrados que participaram do evento, ressaltando o caráter e a personalidade dos presentes: “Muitas vezes, é interessante observar não apenas a atuação do juiz no mundo da magistratura, mas também seu lado humano, porque aquilo que ele é como pessoa se projeta no papel em suas decisões”, salientou.

Marco Antonio Marques da Silva destacou o papel da EPM no País e a importância de seus cursos. “Isso mostra e caracteriza a missão da academia

e da cultura na atualidade, em uma visão da pós-modernidade, quando não há verdades absolutas, mas uma troca de conhecimentos e de idéias, para realizarmos o ideal do justo”, frisou. Ele lembrou que o Direito Penal tem sua missão constitucional de dignidade e respeito ao ser humano, mas também de força, quando é necessário impor a ordem. “Quando os demais ramos do Direito não forem suficientemente fortes para garantir o cumprimento da Lei, o Direito Penal o será”, observou, acrescentando que ele representa um instrumento de democracia.

Encerrando a cerimônia, Antonio Carlos Viana Santos agradeceu a participação dos presentes e cumprimentou os formandos: “Em seu discurso, o orador da turma resumiu, de forma excelsa, o sentimento de todos os alunos, durante o curso e para o futuro”, concluiu.



O procurador do Estado Salvador José Barbosa Júnior foi o orador da turma

Homenagem aos professores Pedro Salomão José Kassab e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos



Roque Antonio Mesquita de Oliveira,
Pedro Luiz Ricardo Gagliardi,
Antonio Rulli Junior,
Pedro Salomão José Kassab e
Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos

No dia 23 de julho, os professores Pedro Salomão José Kassab e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos foram condecorados com a “Medalha do Mérito Acadêmico”. A solenidade de entrega da comenda foi presidida pelo desembargador Antonio Rulli Junior e teve a participação dos desembargadores Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, vice-diretor da EPM, e Roque Antonio Mesquita de Oliveira, 2º vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e coordenador da área cível do Curso de Iniciação Funcional da EPM.

Integrante do Conselho Estadual de Educação, o professor Pedro

Kassab é médico, tendo presidido a Associação Médica Mundial e a Associação Médica Brasileira (AMB). É diretor do Liceu Pasteur e decano do Conselho de Ética do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar).

Também integrante do Conselho Estadual de Educação, o professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos é sociólogo e docente dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp).

Na abertura da cerimônia, Antonio Rulli Junior enalteceu a trajetória

profissional dos homenageados e seus esforços para o aperfeiçoamento do sistema educacional do Estado de São Paulo. “Essa homenagem, embora singela, traduz o reconhecimento da EPM ao trabalho desenvolvido pelos professores em prol da qualidade de ensino de nosso Estado”, ressaltou.

Em seguida, Pedro Gagliardi chamou a atenção para o “espírito bandeirante” – característica dos paulistas empreendedores – que os homenageados demonstraram em suas vidas, em particular, em seu empenho como educadores. “O professor Pedro Kassab apresenta uma virtude rara, nos dias de hoje, de passar pela vida pública de ‘mãos limpas’, que é, também, o ideal buscado pelo magistrado. Da mesma forma, o professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, que nos traz o exemplo do educador”, salientou.

Ao agradecer a homenagem, o professor Pedro Kassab elogiou o trabalho desenvolvido pela EPM no campo do ensino jurídico, destacando a atuação da Escola na área de pós-graduação. “O valor de uma instituição é medido pela qualidade de seus representantes e, no caso do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, é a EPM que responde por essa qualidade, ao promover o aprimoramento constante de seus integrantes. Por meio da Escola, a experiência e o conhecimento acumulados pelos magistrados, no decorrer de suas carreiras, podem ser transmitidos aos juízes ingressantes e aos demais profissionais do Direito”, concluiu.

O professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos enalteceu o padrão seguido pela EPM no campo do ensino jurídico: “Não é apenas pela qualidade do ensino praticado que a Escola se destaca, mas, também, pela aplicação das novas tecnologias à educa-

ção. Após as diversas palestras, realizadas nos últimos dois anos, por meio de videoconferência, a Escola começa, agora, a utilizar esse sistema para o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento para juízes. Dessa forma, o jovem magistrado que está no interior do Estado ou, até mesmo, em outros Estados, tem acesso ao conhecimento disponibilizado na sede da Escola”, afirmou.

No encerramento da cerimônia, o desembargador Roque Mesquita declarou sua satisfação em participar da condecoração aos professores Pedro Kassab e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos: “Em nome da Apamagis, parabênz a direção da Escola pela iniciativa de prestar essa merecida homenagem, que me deixa especialmente gratificado, porque todos nós, aqui presentes, somos educadores”, concluiu.



Acordo de cooperação com a Universidade e com o Tribunal de Justiça de Angers

No dia 3 de julho, a EPM firmou um acordo de cooperação judiciária com a Faculdade de Direito da Universidade de Angers (França) e com o Tribunal de Justiça de Angers. Assinado nas dependências da Escola Nacional da Magistratura Francesa, em Paris, o acordo visa estreitar os laços entre o Judiciário francês e o paulista. O convênio prevê a realização de um seminário anual sobre casos práticos de Direito Comparado, por meio de videoconferência; o intercâmbio de magistrados para os fins de formação continuada e a contribuição para encontros anuais.

Representaram a EPM os desembargadores Luiz Roberto Sabbato, coordenador de assuntos internacionais; Antonio Carlos Viana Santos, presidente da Seção de Direito Público do TJSP e coordenador da área de Direito Público; e Heraldo de Oliveira Silva, presidente da Academia Paulista de Magistrados e coordenador da área de eventos e publicidade. O Tribunal de Justiça de Angers foi representado por sua presidente, Elisabeth Linden. Em nome da Faculdade de Direito de Angers, compareceu Yves Dolais, coordenador da cooperação Angers - São Paulo e decano. Participaram, também, Florence Schmidt Pariset e Christophe Petiteau, integrantes do Departamento Internacional da Escola Nacional da Magistratura Francesa; e Eduardo Beltran, diretor adjunto do Ofício de Cooperação dos Negócios Europeus e Internacionais do Ministério da Justiça da França.

O convênio é um adendo ao acordo de cooperação Angers – São Paulo, firmado, em 1994, entre a Faculdade de Direito da Universidade de Angers, o Tribunal de Justiça de Angers, a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Como resultado do acordo, foram organizados, alternadamente, no Brasil e na França, seminários sobre problemas jurídicos comuns aos dois países.



Yves Dolais, Elisabeth Linden e Luiz Roberto Sabbato



Christophe Petiteau e Antonio Carlos Viana Santos

XIV Encontro do Copedem



Nos dias 12, 13 e 14 de setembro, o diretor e o vice-diretor da EPM, desembargadores Antonio Rulli Junior e Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, participaram do XIV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), realizado em Macapá (AP). A reunião foi organizada pela Escola Judicial do Amapá (Ejap) e contou com a presença de representantes de escolas de todo o País.

As questões discutidas durante o encontro foram registradas na “Carta de Macapá”, por meio da qual os signatários reiteraram o compromisso do Copedem com a formação inicial e continuada do magistrado, preservando

a plena autonomia das escolas. Na Carta, foi destacada, ainda, a necessidade do aprimoramento dos critérios de seleção do juiz, como forma de aproximar o povo das decisões relativas ao destino da nação. Nesse sentido, os participantes concitaram todos os cidadãos a colaborarem para a realização dos objetivos expressos no documento, de forma a estimular a pacificação dos conflitos.

Por último, tendo em vista os abusos na utilização de meios invasivos da privacidade, a Carta registrou o repúdio dos participantes a “toda e qualquer ingerência no pleno exercício das garantias constitucionais que, atingindo o Poder Judiciário, agridem os interesses do povo brasileiro”.

Semana do Livro e da Biblioteca

Para marcar a “Semana do Livro e da Biblioteca”, comemorada no período de 20 a 27 de outubro, a EPM contou com a exposição “Origens do Livro”, montada no saguão do 2º andar da Escola pelo Museu do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A mostra retrata a evolução do livro, desde as primeiras inscrições feitas pelo homem – no barro, há cerca de seis mil anos –, passando pela criação do papiro e do pergaminho, até chegar à criação da prensa tipográfica e do livro impresso.

Conforme relatado pela diretora-técnica de serviço do Museu, Elisabete

Regina Martins Pires, a exposição foi montada, originariamente, no “Salão dos Passos Perdidos” do Palácio da Justiça, em 2007. Na ocasião, foi aberta, em conjunto, com uma mostra de cerca de cem obras de desembargadores do Tribunal de Justiça. “A idéia foi contar a evolução do livro, desde a época da Mesopotâmia, até chegar à publicação do primeiro livro, no Brasil. Para isso, fizemos uma pesquisa histórica e desenvolvemos réplicas, para ilustrar as diferentes fases”, explicou Elisabete Pires, revelando que foi incorporada à exposição uma antiga prensa tipográfica do Tribunal de Justiça.



Exposição
“Origens
do Livro”





Biblioteca em expansão

Enquanto aguarda a transferência para o 5º andar do prédio da Consolação, a Biblioteca da EPM continua a ampliar seu acervo, que conta com cerca de nove mil volumes.

Além de livros jurídicos, o acervo é composto de fitas de áudio e vídeo, CDs e DVDs, em que estão registradas palestras promovidas pela Escola. Estão disponíveis, também, diversas obras raras, bem como a coleção completa das publicações da EPM (Informativo “InterAÇÃO/Magistratura”, revista “Diálogos & Debates”, “Cadernos Jurídicos” e “Revista da EPM”).

Aberta a todos os funcionários do Tribunal de Justiça, a Biblioteca conta com um espaço dedicado a estudos e um terminal de acesso à *internet* – já está prevista a disponibilização, no site da EPM, de consulta ao catálogo de obras.



Biblioteca da EPM

Inauguração do ambulatório médico



Roberto Antonio Vallim Bellocchi, Antonio Carlos Viana Santos e Antonio Rulli Junior



Ambulatório está instalado na sobreloja do prédio da EPM

No dia 28 de outubro, foi inaugurado um ambulatório médico no prédio da EPM. A cerimônia foi presidida pelo desembargador Roberto Antonio Vallim Bellocchi, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, e teve a participação dos desembargadores Antonio Carlos Viana Santos, presidente da Seção de Direito Público e coordenador da Área Médica e Odontológica do TJSP; Ruy Pereira Camilo, corregedor-geral da Justiça; Antonio Rulli Junior, diretor da EPM; Benedito Silvério Ribeiro, coordenador da Área de Direito Privado; e Daniel Peçanha de Moraes Júnior, diretor do Departamento Médico e Hospitalar da Apamagis; e do poeta Paulo Bomfim, além de funcionários do TJSP.

No início do evento, o desembargador Rulli Junior saudou a abertura do ambulatório e agradeceu o apoio da Presidência do TJSP à implantação do sistema de videoconferência na Escola, acrescentando que a instituição tem celebrado convênios com escolas de outros Estados: “Mais da metade das escolas de magistratura do País estão conveniadas com a EPM para receberem as transmissões de seus cursos”, ressaltou.

Na sequência, o desembargador Viana Santos lembrou que o novo ambulatório é a 11ª unidade da cidade de São Paulo, acrescentando que nove são completamente geridas pelo TJSP. “Apesar das dificuldades financeiras, a Presidência do Tribunal de Justiça tem dado imenso apoio ao departamento de saúde”, salientou.

Ao final, o desembargador Vallim Bellocchi elogiou a atuação da Presidência da Seção de Direito Público na Área Médica e Odontológica, salientando que a meta da Presidência do TJSP é dobrar o número de ambulatórios, em 2009. “A disponibilização desses ambulatórios é uma obrigação do Tribunal de Justiça”, ressaltou. Ele cumprimentou, também, a atual gestão da EPM pela adoção do ensino a distância: “A Escola barateou custos, ao implantar a videoconferência, que é o caminho natural do mundo moderno”, concluiu.

Convênio com a Escola da Magistratura do Mato Grosso

No dia 19 de novembro, foi firmado convênio de cooperação acadêmica e tecnológica entre a Escola Paulista da Magistratura e a Escola da Magistratura do Mato Grosso (Esmagis-MT).

O acordo foi assinado pelos desembargadores Antonio Rulli Junior, diretor da EPM, e Márcio Vidal, diretor-presidente da Esmagis, em Chapada dos Guimarães (MT), durante o “1º Seminário mato-grossense sobre os novos paradigmas de resolução de conflitos”, encerrado pelo desembargador Rulli Junior.

Na ocasião, o desembargador Márcio Vidal foi condecorado pelo diretor da EPM com a “Medalha do Mérito Acadêmico”, criada pela EPM para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e rele-

vante contribuição ao estudo e ao ensino do Direito.

O objetivo do convênio é promover cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção por merecimento de magistrados – presenciais e a distância. Com o acordo, os juízes do Estado do Mato Grosso terão acesso, por meio de videoconferência, aos cursos da EPM. Em contrapartida, a Esmagis poderá oferecer cursos à EPM, de forma a propiciar a troca de informações e experiências entre os magistrados dos dois Estados.

Para viabilizar a parceria, a EPM se responsabiliza pelo treinamento de técnicos e cede, sem ônus, o direito de acesso aos sistemas, ferramentas e conteúdos dos cursos a distância promovidos pela Escola.



Antonio Rulli Junior e Márcio Vidal



Fotos: CC/UMT

Cerimônia de comemoração dos 20 anos da EPM



Enrique Ricardo Lewandowski, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Antonio Carlos Munhoz Soares e Antonio Rulli Junior



Antonio Carlos Munhoz Soares e José Furian Filho



Selo comemorativo é obliterado pelo diretor da EPM

No dia 17 de novembro, foi realizada a solenidade de comemoração do 20º aniversário da Escola Paulista da Magistratura. Para marcar a ocasião, foram lançados o carimbo postal e o selo da EPM e foi inaugurada placa comemorativa.

A cerimônia foi presidida pelo desembargador Antonio Carlos Munhoz Soares, vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, e contou com a presença dos ministros Enrique Ricardo Lewandowski, do STF; Massami Uyeda e Sidnei Agostinho Beneti, do STJ; e Fernando Calle Hayen, do Tribunal Constitucional da República do Peru; dos desembargadores Ruy Pereira Camilo, corregedor-geral da Justiça; Antonio Carlos Viana Santos, presidente da Seção de Direito Público do TJSP; Antonio Rulli Junior, diretor da

EPM; Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, vice-diretor; Consuelo Yoshida, do TRF da 3ª Região; Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, vice-presidente da Apamagis; Sebastião Luiz Amorim, vice-presidente da AMB; e Luiz Aparecido Gadotti, diretor da Escola da Magistratura de Tocantins; do vice-presidente do TRT da 2ª Região, Nelson Nazar; do secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey; do deputado Arnaldo Faria de Sá; do cônsul-geral do Peru em São Paulo, Jaime Stiglich; e dos integrantes do Conselho Estadual de Educação Arthur Fonseca Filho (presidente), Pedro Salomão José Kassab e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, entre outras autoridades dos três Poderes.

Na abertura do evento, o diretor regional dos Correios de São



José Furian Filho, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Sidnei Agostinho Beneti, Enrique Ricardo Lewandowski, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Antonio Carlos Munhoz Soares, Arnaldo Faria de Sá, Antonio Carlos Viana Santos, Antonio Rulli Junior, Massami Uyeda, Consuelo Yoshida e Nelson Nazar

Paulo, José Furian Filho, ressaltou que o lançamento do carimbo postal e do selo conferem à EPM reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade, por meio do Poder Judiciário paulista, que, ao criar a Escola, em 1988, enfatizou a formação e o aprimoramento de seus magistrados. “Dessa forma, com admiração e respeito, fazemos tributo aos desembargadores José Alberto Weiss de Andrade, a quem coube, primeiramente, dirigir a Escola, e àqueles que o sucederam: Nereu César de Moraes, Yussef Said Cahali, Sergio Augusto Nigro Conceição, Márcio Martins Bonilha, Antonio Cezar Peluso, Hélio Quaglia Barbosa, Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior, Marcus Vinicius dos Santos Andrade e Antonio Rulli

Junior, expressando votos de êxito em sua missão”, concluiu. Em seguida, convidou alguns dos presentes a obliterarem o selo comemorativo, lançando-o, oficialmente.

Na sequência, o desembargador Rulli Junior recordou que a criação da Escola cumpriu o preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, letra ‘c’, e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original, e foi regulamentada com a Resolução 24/88, do Órgão Especial do TJSP. Lembrou, ainda, que a primeira eleição para cargos diretivos da EPM ocorreu em sessão plenária do Órgão Especial, no dia 7 de dezembro de 1988. Ele explicou que a EPM desenvolve dois ramos de ensino: a formação dos juízes recém-ingressos e o aperfeiçoamento conti-



Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Sidnei Agostinho Beneti, Ruy Pereira Camilo, Enrique Ricardo Lewandowski, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Antonio Carlos Munhoz Soares, Antonio Carlos Viana Santos, Antonio Rulli Junior e Nelson Nazar

nuado de magistrados e os cursos de pós-graduação, extensão universitária, ciclos de palestras e seminários, abertos a toda a comunidade jurídica. “Oferecemos conhecimentos especializados e nos voltamos para a permanente alteração legislativa e para as orientações sobre a doutrina e a jurisprudência, propiciando reflexão e debate sobre os temas mais importantes e atuais do Direito”, salientou.

Destacou, também, o ensino a distância, iniciado em 2006 e ampliado em 2008, com o oferecimento dos cursos exigidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). “O importante não é dominar a tecnologia, mas a metodologia de ensino, passando do sistema presencial para o virtual”, observou.



Pedro Salomão José Kassab (em pé), Arthur Fonseca Filho e Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos

O diretor da EPM agradeceu a parceria com a Apamagis e a colaboração pedagógica dos magistrados da Justiça estadual e dos tribunais superiores, dos docentes que ministram palestras na Escola e dos funcionários da EPM. “O selo tem o significado de reconhecimento a todos que trabalharam para que a Escola chegasse ao dia de hoje, comemorando, com muito sucesso, seus 20 anos”, concluiu.

Entrega da Medalha do Mérito Acadêmico

Durante a cerimônia, o desembargador Rulli Junior conferiu a “Medalha do Mérito Acadêmico” ao superintendente executivo do Instituto de Estudos



Milton Augusto de Brito Nobre



José Cechin e Antonio Rulli Junior



Luiz Eduardo Martins Ferreira



de Saúde Suplementar (IESS), José Cechin; ao desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, diretor da Escola Superior da Magistratura do Pará; ao diretor de relações institucionais da Amil Assistência Médica Internacional Ltda, Reinaldo Camargo Scheibe; ao diretor-presidente da BM&F Bovespa, Edemir Pinto, representado pela advogada Nora Hachman; e ao consultor jurídico da BM&F Bovespa, Luiz Eduardo Martins Ferreira.

Na sequência, o desembargador Pedro Luiz Ricardo Gagliardi saudou os presentes, em especial, os condecorados com a “Medalha do Mérito Acadêmico”, criada pela EPM para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e relevante contribuição ao estudo e ao ensino do Direito. “A presença de tantos convidados ilustres prestigia e engrandece o galardão que oferecemos e cria a expectativa e a



Reinaldo Camargo Scheibe e Antonio Rulli Junior



Nora Hachman recebeu a comenda em nome de Edemir Pinto

possibilidade de outorgarmos essa homenagem a novos companheiros e a seus sucessores”, ressaltou.

Encerrando a solenidade, o desembargador Antonio Carlos Munhoz Soares salientou o prestígio conferido à Escola e às suas realizações pelas autoridades presentes e destacou a relevância do lançamento postal: “O selo e o carimbo ficarão, para sempre, na história da Escola Paulista da Magistratura e do Estado de São Paulo, porque, se quisermos conhecer melhor a história dos povos, basta estudar sua filatelia específica, que corresponde aos grandes atos daquela determinada nação ou grupo humano. Hoje, após duas décadas de conquistas, a Escola consegue, por intermédio de seu diretor, palmar essa notícia histórica, ficando, assim, inserida na filatelia brasileira”, concluiu.



Inauguração do Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual do Trabalhador



Guilherme Afif Domingos, Gilberto Kassab, Walter de Almeida Guilherme, José Serra, Alencar Burti, Fernando Cerqueira de Oliveira, Maria Lúcia Pizzotti e Nelson Hervey Costa

No dia 18 de novembro, foi inaugurado, na unidade Luz do Centro de Apoio ao Trabalho (CAT/Luz), da Capital (SP), o Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual do Trabalhador (Pacet). O Posto é uma iniciativa conjunta da Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho, da Secretaria Municipal do Trabalho, da Escola Paulista da Magistratura e da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP).

A solenidade de inauguração contou com a presença do governador do Estado, José Serra; do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; do desembargador Walter de Almeida Guilherme, conselheiro da EPM; do secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos; do secretário municipal do Trabalho, Nelson Hervey Costa; da juíza Maria Lúcia Pizzotti; do presidente da ACSP, Alencar Burti; e do

coordenador do programa “São Paulo Inclui” da Secretaria Municipal do Trabalho, Fernando Cerqueira de Oliveira, entre outras autoridades.

No Posto, são realizadas audiências de conciliação entre trabalhadores endividados e credores. O objetivo é ajudá-los a excluírem seus nomes da lista de inadimplentes do Sistema Central de Proteção ao Crédito (SCPC), possibilitando que tenham acesso ao crédito e ao emprego. Ao mesmo tempo, visa evitar que os conflitos cheguem ao Judiciário – as demandas são solucionadas por meio de acordos, com a atuação de mediadores e conciliadores capacitados pela EPM.

Durante cerimônia de inauguração, o desembargador Walter de Almeida Guilherme lembrou que a EPM está completando 20 anos e vai além de seu objetivo primordial, que é a formação e o aperfeiçoamento



Walter de Almeida Guilherme



José Serra



Guilherme Afif Domingos, Gilberto Kassab e Nelson Hervey Costa

mento de magistrados. “Essa missão básica ficou pequena e as sucessivas gestões da Escola passaram a buscar a pacificação dos conflitos, por intermédio da conciliação. Por essa razão, não há nada mais importante para a EPM do que estar aqui, hoje, formando essa parceria com o governo do Estado, com a administração municipal e com a Associação Comercial São Paulo. Saímos do âmbito marcado dos juízes para buscar trabalhar, também, em prol da sociedade, porque o juiz não pode ficar como aquele desconhecido, que apenas julga processos; é preciso que ele saia de si. E, com uma parceria como essa, a Escola está caminhando no sentido de se tornar um elemento social”, ressaltou.

Ele destacou a importância do Pacet, ao viabilizar o acesso ao emprego para o trabalhador inadimplente. “É preciso fazer com que o trabalhador endividado seja reincluído no sistema social. Uma das formas de se conseguir isso é promover uma conciliação ou aproximação entre as partes, utilizando conciliadores treinados pela EPM. É o que quere-

mos com essa parceria: obter um acordo, evitando que o conflito chegue ao Judiciário. E a Escola também ganha com isso, ao alcançar seus fins sociais”, concluiu.

Nesse sentido, José Serra ressaltou que “mais vale um bom acordo do que uma boa demanda”, salientando que o Pacet torna-se ainda mais valioso num momento de crise. O governador adiantou que a expectativa de atendimentos do Pacet é de 700, por mês, acrescentando que isso deverá representar uma redução de cerca de 40% nas ações judiciais dessa natureza.

Na sequência, Guilherme Afif Domingos observou que a principal razão da inadimplência é o desemprego, daí a importância da criação do Pacet. “Hoje, o sistema de financiamento está concentrado no setor financeiro, que é gigante, em relação ao trabalhador. Com isso, a tendência é que este seja esmagado na negociação. O Pacet trará harmonia para essa negociação, fazendo com que a Justiça chegue antes ao cidadão e evitando o congestionamento de ações”, concluiu.

XV Encontro do Copedem

Nos dias 21, 22 e 23 de novembro, o diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior, participou do XV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), realizado em Campo Grande (MS).

A reunião foi organizada pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul (Esmagis-MS) e contou com a presença de representantes de escolas de todo o País. As questões discutidas foram registradas na “Carta de Campo Grande”.

Durante o encontro, a desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, diretora-geral da Esmagis-MS, foi condecorada pela EPM com a “Medalha do Mérito Acadêmico”, tornando-se a primeira mulher a receber a comenda. A medalha, conferida pelo desembargador Marcus Vinicius

dos Santos Andrade, ex-diretor da EPM, foi criada para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e relevante contribuição ao estudo e ao ensino do Direito. Em seu discurso, Tânia Garcia de Freitas Borges saudou a oportunidade de partilhar experiências e pontos de vista com os demais diretores de escolas.

O presidente do Copedem, desembargador Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior, ressaltou que já se foi o tempo em que as escolas de magistratura podiam aplicar seus métodos de forma isolada, sem a preocupação com o que se passava no campo do ensino. Ele ponderou que, no mundo globalizado, já não é possível conferir um tratamento diferenciado à formação e ao aprimoramento dos magistrados estaduais.



Convênio com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão



Cleones Cunha, Raimundo Cutrim e Antonio Rulli Junior

No dia 27 de novembro, foi firmado convênio de cooperação acadêmica e tecnológica entre a Escola Paulista da Magistratura, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

O acordo foi assinado pelos desembargadores Antonio Rulli Junior, diretor da EPM, Raimundo Cutrim, presidente do TJMA, e Cleones Cunha, diretor da Esmam. Após a assinatura do convênio, o desembargador Rulli Junior conferiu a “Medalha do Mérito Acadêmico” ao desembargador Cleones Cunha.

O objetivo da parceria é promover cursos de aperfeiçoamento



Fotos: TJMA

O diretor da EPM conferiu a “Medalha do Mérito Acadêmico” ao desembargador Cleones Cunha

para fins de vitaliciamento e promoção por merecimento de magistrados, presenciais e a distância. Com o acordo, os juízes do Estado do Maranhão passarão a ter acesso, por meio de videoconferência, aos cursos da EPM. A Esmam também poderá oferecer cursos à EPM, de forma a propiciar a troca de informações e experiências entre os magistrados dos dois Estados. Conforme acertado no convênio, a Escola Paulista da Magistratura se responsabilizará pelo treinamento de técnicos e cederá, sem ônus, o direito de acesso aos sistemas, ferramentas e conteúdos de seus cursos a distância.

Convênio com a Academia Nacional da Magistratura do Peru

No dia 28 de novembro, foi assinado, em Lima, um convênio de cooperação acadêmica e tecnológica entre a Escola Paulista da Magistratura e a Academia Nacional da Magistratura do Peru (Amag). O acordo foi assinado pelo desembargador Rulli Junior e pelo presidente da Amag, Pablo Wilfredo Sanchez Velarde.

O convênio visa promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio na área de educação a distância entre as duas instituições. O objetivo é realizar cursos de aperfeiçoamento para magistrados, presenciais e por meio de videoconferência, para o aprimoramento das magistraturas brasileira e peruana.

A EPM se responsabilizará pelo treinamento de técnicos e cederá, sem ônus, o direito de acesso aos sistemas, ferramentas e conteúdos de seus cursos. Por sua vez, a Amag poderá oferecer cursos à EPM, de forma a propiciar a troca de informações e experiências entre magistrados brasileiros e peruanos. “Os cursos serão voltados para o estudo das jurisdições civil, penal e especial. Os temas serão estabelecidos de comum acordo, considerando a especialidade de cada um e as áreas de maior interesse, tais como: registros públicos, Direito Ambiental, crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, drogas, entre outros”, explicou o desembargador Rulli Junior.



Pablo Wilfredo Sanchez Velarde e Antonio Rulli Junior



Convênio com a Escola da Magistratura de Rondônia

Com o objetivo de promover cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção por merecimento de magistrados, foi assinado, no dia 5 de dezembro, convênio de cooperação acadêmica e tecnológica entre a Escola Paulista da Magistratura e a Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron).

O termo foi assinado durante sessão administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça de Rondônia, presidido pela desembargadora Zelite Andrade Carneiro.

Durante a sessão, o diretor da EPM, desembargador Antonio Rulli Junior,

condecorou com a “Medalha do Mérito Acadêmico” os desembargadores Roosevelt Queiroz Costa, diretor da Emeron, e Marcos Alaor Diniz Grangeia, conselheiro da Enfam, e o juiz Alexandre Miguel, vice-diretor da Emeron.

Falando em nome dos homenageados, o desembargador Roosevelt Queiroz ressaltou a importância do convênio entre as escolas, que possibilitará que os juízes do Estado de Rondônia tenham acesso, por meio de videoconferência, aos cursos da EPM. Em contrapartida, a Emeron poderá oferecer cursos à EPM, de forma a propiciar o intercâmbio de informações e de experiências entre os magistrados dos dois Estados.



Roosevelt Queiroz Costa e Antonio Rulli Junior



Convênio foi assinado durante sessão do Tribunal de Justiça de Rondônia

Fotos: Luiz Paulo/TJRO

Premiação do coordenador do Núcleo de Ribeirão Preto com o “Innovare”

O juiz João Agnaldo Donizeti Gandini, coordenador do Núcleo Regional de Ribeirão Preto da Escola Paulista da Magistratura, foi um dos vencedores do “V Prêmio Innovare”, entregue no dia 11 de dezembro, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, em Brasília.

O magistrado foi premiado na categoria “Juiz Individual”, com o projeto “Moradia Legal”, que propõe a erradicação e a reurbanização de núcleos de favelas em Ribeirão Preto.

O Innovare foi criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia que estejam contribuindo para a modernização dos serviços da Justiça. Concedida pelo Instituto Innovare, a premiação conta com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Vale.



João Agnaldo Donizeti Gandini recebeu o prêmio das mãos do vice-presidente da República, José de Alencar

Nesta edição, foram premiadas cinco práticas e homenageadas sete, de um total de 188 trabalhos inscritos, nas categorias: “Juiz Individual”, “Tribunal”, “Ministério Público”, “Defensoria Pública” e “Advocacia”.

Homenagem ao embaixador Jaime Stiglich

No dia 15 de dezembro, o cônsul-geral do Peru em São Paulo, embaixador Jaime Stiglich, foi condecorado, na EPM, com a “Medalha do Mérito Acadêmico”. A comenda, criada pela Escola Paulista da Magistratura para homenagear aqueles que se distinguiram por seus méritos e relevante contribuição ao estudo e ao ensino do Direito, foi conferida pelo desembargador Antonio Rulli Junior.

Na oportunidade, Jaime Stiglich reuniu-se com o desembargador Rulli Junior para discutir a implementação do convênio de cooperação acadêmica e tecnológica entre a EPM e o Judiciário peruano – o acordo foi formalizado no dia 28 de novembro, em Lima, com as assinaturas do diretor da EPM e do presidente da Academia Nacional da Magistratura do Peru (Amag), Pablo Wilfredo Sanchez Velarde.

A parceria entre as escolas visa promover o intercâmbio entre a magistratura brasileira e a peruana, mediante a realização conjunta de cursos de aperfeiçoamento para magistrados, presenciais e a distância.



Elizabeth Álvares Cruz, Jaime Stiglich e Antonio Rulli Junior

Plano de metas da EPM para 2009

No dia 29 de dezembro, a diretoria da Escola Paulista da Magistratura encerrou as atividades do ano com a divulgação do plano de metas para 2009:

I - Ações:

1. Acompanhar e avaliar a qualidade dos eventos e seus impactos para o aprimoramento da educação continuada;
2. Promover a realização de projetos de pesquisa voltados para o aprimoramento da prestação jurisdicional, analisando o que está sendo feito e estabelecer áreas prioritárias de pesquisa;
3. Firmar convênios e acordos de cooperação com instituições nacionais e internacionais ligadas ao ensino, pesquisa e extensão;
4. Formar grupos temáticos para tratar de assuntos específicos do processo de ensino e aprendizado;
5. Realizar eventos destinados à disseminação de modernas técnicas de ensino de aprendizagem;
6. Realizar eventos de formação de multiplicadores, de modo a assegurar uma abordagem humanística e pragmática na formação e aperfeiçoamento de magistrados;
7. Incrementar a implantação de educação a distância.

II - Realização de cursos presenciais e a distância, compreendendo as seguintes áreas e temas:

1. Jurisdição Civil
2. Jurisdição Penal
3. Jurisdição Especial
4. Conciliação

5. Lei Maria da Penha
6. Administração judicial
7. Mídia e Judiciário
8. Meio ambiente
9. Consumidor
10. Juizados Especiais Cíveis e Criminais
11. Competência estadual e competência federal
12. Direito e Biotecnologia
13. Direitos humanos
14. Competência estadual e competência trabalhista
15. Direito e segurança nacional
16. Crise econômica e Direito
17. O Poder Judiciário e a capitalização de juros
18. Direito e saúde suplementar
19. Perícias judiciais
20. Portadores de necessidades especiais
21. Proteção ao idoso
22. Direito e índice de preços ao consumidor (FIPE)
23. Sociedade da Informação e interatividade
24. Direito Bancário e contratos
25. Contrato de seguros
26. Responsabilidade civil pelo transporte de mercadorias
27. Meios eletrônicos de pagamento
28. Mercado de capitais (Bovespa)
29. Infância e Juventude
30. Direito real de superfície: Urbano e real
31. Família e Sucessões

32. Filosofia do Direito
33. Interceptação telefônica
34. Crimes de computador
35. Crimes contra a propriedade intelectual
36. Direito e fomento mercantil
37. Sociologia Jurídica
38. Direito Eleitoral
39. Antropologia Jurídica
40. Audiências simuladas e política das audiências
41. Execução Penal
42. Relações públicas governamentais e cerimonial
43. Lei de Tortura
44. Lei do Crime Organizado
45. Lei dos Crimes Hediondos
46. Tráfico de drogas
47. Tráfico de pessoas
48. Crimes de racismo

III - Relação de cursos de pós-graduação *lato sensu* da EPM

A) Cursos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE):

Curso	Parecer CEE
Novos Temas de Direito Civil e Direito do Consumidor	300/2000
Direito Penal I	433/2000
Direito Penal II	50/2003

Direito Penal III	50/2003
Direito Penal IV	191/2007
Direito Público I	21/2002
Direito Público II	173/2003
Direito Público III	173/2003
Direito Público IV	173/2003
Direito Público V	173/2003
Direito Processual Civil I	23/2002
Direito Processual Civil II	381/2003
Direito Processual Civil III	381/2003
Direito Processual Civil - Campinas	381/2003
Direito Processual Civil IV	381/2003
Direito Processual Penal I	133/200
Direito Processual Penal II	133/2002
Direito Processual Penal III	133/2002
Direito Processual Penal IV	133/2002
Direito Empresarial I	20/2002
Direito Empresarial II	174/2003
Direito Empresarial III	174/2003
Direito Empresarial IV	358/2007
Métodos de Soluções Alternativas de Conflitos Humanos	125/2007
Direito Privado	440/2006
Direito Privado - São José dos Campos	440/2006
Direito de Família e Sucessões	441/2006

B) Cursos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC):

Parecer / Portaria	Cursos
Portaria MEC nº 541, de 31 de maio de 2007. Autoriza o credenciamento da EPM, na modalidade presencial, pelo prazo de três anos	
Parecer CNE nº 117/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – favorável ao credenciamento da EPM para ministrar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , exclusivamente na área do Direito (publicação DOU de 1/6/2007)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direito Processual Civil 2. Direito Processual Penal 3. Direito Penal 4. Direito Público 5. Direito Empresarial

IV - Cursos de Aperfeiçoamento (Vitaliciamento e Merecimento) da EPM, presenciais e a distância – totalizando 67 –, credenciados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), conforme Resolução nº 2, de 17 de setembro de 2007 (DOU de 21/9/07, Seção I, pág. 196); Instrução Normativa nº 2, de 6 de fevereiro de 2008 (DOU de 11/2/08, Seção I, pág. 86); Portaria nº 25, de 21 de maio de 2008 (DJE-STJ – Secretaria do Tribunal, de 27/5/08); Portaria nº 56, de 23 de julho de 2008 (DJE-STJ - Enfam, de 8/8/08) e Portaria nº 145, de 19 de dezembro de 2008, todas da Enfam; e Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

Cursos promovidos em 2008:

- 1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento
- 2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento
- 1º Curso de Aperfeiçoamento/Merecimento
- 2º Curso de Aperfeiçoamento/Merecimento
- 1º Curso de Formação de Formadores

V - Instituições conveniadas com a EPM para a cooperação acadêmica e o intercâmbio na área de educação a distância:

- Academia Nacional da Magistratura do Peru
- Centro de Estudos Notariais e Registrais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (CENoR)
- Escola Superior da Magistratura do Pará (ESM-PA)
- Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat)
- Escola Superior da Magistratura do Piauí (Esmepi)
- Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)
- Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam)
- Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso (Esmagis-MT)
- Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron)
- Instituto Nacional de Estudos Judiciários (Inej) do Ministério da Justiça de Angola
- Universidade de Angers e Corte de Apelo de Angers (França)

Central de VÍdeos EPM

Acervo de palestras disponíveis no site da EPM

A partir de julho de 2008, as palestras transmitidas, por meio de videoconferência, pela Escola Paulista da Magistratura passaram a ser disponibilizadas no site da EPM, na seção “Central de Vídeos”.

O acervo, relacionado a seguir, corresponde às palestras dos cursos: “1º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento” (21 a 25 de julho); “Alterações da Nova Legislação Processual Penal e do Código de Trânsito Brasileiro quanto à Alcoolemia” (19, 20 e 22 de agosto); “Poder Judiciário para Jornalistas” (1 a 5 de setembro); “Curso de

Iniciação Funcional” (4 de setembro a 3 de outubro); “1º Curso de Formação de Formadores (15 a 26 de setembro)””; “2º Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento” (13 a 30 de outubro); “1º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento” (10 a 24 de novembro); “2º Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento” (25 de novembro a 8 de dezembro); e “Biotec sem Mistério” (1, 3 e 4 de dezembro), além da transmissão da cerimônia de comemoração dos 20 anos da EPM (17 de novembro).

<p>JUÍZES VITALÍCIOS CURSO DE APERFEIÇOAMENTO /MERECEMENTO TURMA 2</p>	<p style="text-align: right;">Login & Senha</p> <hr/> <p> Encerramento do Curso - Conclusão Juizes Vitalicios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento</p> <p> Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 5/12/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 163</p>
<p>SEMINÁRIO BIOTEC SEM MISTÉRIO</p>	<p style="text-align: right;">Login & Senha</p> <hr/> <p> Regulamentação da Biotecnologia no Brasil</p> <p> Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 4/12/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 68</p>
<p>JUÍZES VITALÍCIOS CURSO DE APERFEIÇOAMENTO /MERECEMENTO TURMA 2</p>	<p style="text-align: right;">Login & Senha</p> <hr/> <p> Reformas do processo penal/ Aspectos controvertidos da lei de drogas Juizes Vitalicios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento</p> <p> Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 4/12/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 276</p>
<p>SEMINÁRIO BIOTEC SEM MISTÉRIO</p>	<p style="text-align: right;">Login & Senha</p> <hr/> <p> A biotecnologia e os benefícios para o meio ambiente</p> <p> Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 3/12/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 61</p>

JUÍZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCEDIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Lei Maria da Penha/ Lavagem de dinheiro

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercadimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 3/12/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 242

JUÍZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCEDIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Capitalização de Juros e o Poder Judiciário

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercadimento

 Sob Demanda Duração: 01:55:26 Data do Evento: 2/12/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 170

SEMINÁRIO
BIOTEC
SEM MISTÉRIO

 [Login & Senha](#)



A biotecnologia aplicada na indústria de alimentos

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 1/12/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 163

JUÍZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCEDIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Direito Real de Superfície – Superfície Urbana e Superfície Rural

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercadimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 1/12/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 203

JUÍZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCEDIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Direito Ambiental

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercadimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 28/11/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 194

JUÍZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCEDIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Filosofia do Direito

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercadimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 27/11/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 211

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



Os desafios da sociologia jurídica na sociedade brasileira

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 26/11/2008 Hora: 07:00:00 Acessos: 185

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO
TURMA 2

 [Login & Senha](#)



República – Direitos Fundamentais/ 20 Anos de Constituição

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 25/11/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 422

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO

 [Login & Senha](#)



Encerramento do curso - Conclusão

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 24/11/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 226

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO

 [Login & Senha](#)



Reformas do processo penal/ Aspectos controvertidos da lei de drogas

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 21/11/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 335

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO

 [Login & Senha](#)



Não haverá aula - Feriado

Feriado

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 20/11/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 4

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
/MERCIMENTO

 [Login & Senha](#)



Lei Maria da Penha/ Lavagem de dinheiro

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 19/11/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 298

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERECIMENTO

 [Login & Senha](#)



Capitalização de Juros e o Poder Judiciário

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **18/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **692**

 [Aberto](#)

Comemoração dos
20 anos da Escola
Paulista de
Magistratura



Comemoração dos 20 anos da Escola Paulista de Magistratura

Cerimônia comemorativa ao 20º aniversário da Escola Paulista da Magistratura,lançamento do carimbo comemorativo da EPM pelo ministério das comunicações eapresentação do selo postal personalizado.

 **Sob Demanda** Duração: **04:00:00** Data do Evento: **17/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **249**

 [Login & Senha](#)

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERECIMENTO



Direito Real de Superfície – Superfície Urbana e Superfície Rural

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **14/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **290**

 [Login & Senha](#)

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERECIMENTO



Direito Ambiental

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **13/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **351**

 [Login & Senha](#)

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERECIMENTO



Filosofia do Direito

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **12/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **305**

 [Login & Senha](#)

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERECIMENTO



Os desafios da sociologia jurídica na sociedade brasileira

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Merrecimento

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **11/11/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **348**

JUIZES VITALÍCIOS
CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
MERCIMENTO

 Login & Senha



República – Direitos Fundamentais/ 20 Anos de Constituição

Juízes Vitalícios - Curso de Aperfeiçoamento/Mercimento

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 10/11/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 832

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
VITALICIAMENTO
178º-179º CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Respostas às Questões

Resposta às Questões

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 30/10/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 381

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
VITALICIAMENTO
178º-179º CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Respostas às Questões

Resposta às Questões

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 29/10/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 489

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
VITALICIAMENTO
178º-179º CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Menores

JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 24/10/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 459

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
VITALICIAMENTO
178º-179º CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Jurisdição e Direitos de 2ª e 3ª Dimensão

JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 23/10/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 469

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
VITALICIAMENTO
178º-179º CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Recursos no Sistema dos Juizados Especiais e no Sistema Comum

JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 Sob Demanda

Duração: 02:03:33

Data do Evento: 22/10/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 850

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Direito Eleitoral e Crime Eleitoral, A nova lei do Juri, Lei de Drogas
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **02:39:57** Data do Evento: **21/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **623**

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Questões polêmicas de Direito Material nos Juizados Especiais
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **02:05:53** Data do Evento: **20/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **894**

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Propaganda Eleitoral / Prestação de Contas
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **02:50:08** Data do Evento: **17/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **993**

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Dinâmica profissional e perspectivas dos juizados especiais / Organização Cartorária
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **00:00:00** Data do Evento: **16/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **617**

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Organização e funcionamento da Justiça Eleitoral. Ações Impugnativas
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **02:00:00** Data do Evento: **15/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **1422**

CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO/
VITALICIAMENTO
178^o/179^o CONCURSO
DE INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 [Login & Senha](#)



Juizados Especiais Cíveis
JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO

 **Sob Demanda** Duração: **02:36:57** Data do Evento: **14/10/2008** Hora: **19:00:00** Acessos: **1384**

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO 178º-179º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Área Criminal JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/VITALICIAMENTO	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 13/10/2008	Hora: 19:00:00	Acessos: 1894
CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Divórcio JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 3/10/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 254
CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Mandado de Segurança JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 2/10/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 140
CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Alimentos JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 1/10/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 140
CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Inventários, Arrolamentos, Testamentos, Partilhas JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 30/9/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 143
CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA						 Login & Senha
	 Jurisdição Voluntária: Procedimentos Especiais Despejo JUIZES SUBSTITUTOS - CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 29/9/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 142

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha



Saúde Pública e Privada no Brasil / Aspectos Jurídicos na Saúde

Encerramento do Curso

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 26/9/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 153

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Embargos de Terceiros

Prof. Ernesto Antunes de Carvalho - Instrumentação das Operações Bancárias

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 26/9/2008 Hora: 09:00:00 Acessos: 134

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha



Antropologia Jurídica

Dr. Marco Antonio Barbosa, Mestre e Doutor em Direito pela USP/SP, Advogado e Professor Universitário

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 25/9/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 131

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Ação Popular, Ação Civil Pública, Improbidade Administrativa

JUIZES SUBSTITUTOS – CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 25/9/2008 Hora: 09:00:00 Acessos: 141

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha



Conciliação e Mediação

Dra. Maria Lúcia Mendes, Juíza de Direito do TJ/SP, Mestre pela PU C / Dr. Alexandre David Malfatti, Juiz de Direito do TJ/SP, Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 24/9/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 118

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Procedimentos de Infância e Juventude

Procedimento de Infância e Juventude

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 24/9/2008 Hora: 09:00:00 Acessos: 167

**JUIZES
VITALÍCIOS**
**CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES**

 [Login & Senha](#)



Juiz e Mídia

Dra. Carolina Nabarro Rossi, Juíza de Direito do TJ/SP e Jornalista / Des. Augusto Francisco Arruda

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **23/9/2008**

Hora: **19:00:00**

Acessos: **124**

**CURSO DE INICIÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



Execução

Execução

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **23/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **138**

**JUIZES
VITALÍCIOS**
**CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES**

 [Login & Senha](#)



Jurisdição Penal: Meio-ambiente

Des. Gilberto Passos de Freitas, Ex-Corregedor Geral de Justiça do TJ/SP, Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP, Professor Universitário

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **22/9/2008**

Hora: **19:00:00**

Acessos: **138**

**CURSO DE INICIÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



Cumprimento de Sentença e Impugnação

JUIZES SUBSTITUTOS – CURSO DE INICIÇÃO FUNCIONAL

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **22/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **179**

**JUIZES
VITALÍCIOS**
**CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES**

 [Login & Senha](#)



Jurisdição Cível: Consumidor

Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **19/9/2008**

Hora: **19:00:00**

Acessos: **157**

**CURSO DE INICIÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



Possessória e Usucapião

Possessória e Usucapião

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **19/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **164**

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha

 **Teoria Geral do Direito: Diálogo Constitucional e Novos Desafios do Judiciário Contemporâneo**
 Marco Aurélio Stradiotto de Moraes Ribeiro Sampaio, Juiz de Direito, Mestre e Doutor pela USP/SP, Professor Universitário

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 18/9/2008	Hora: 19:00:00	Acessos: 176
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha

 **Juizados Especiais: Procedimento no Juizado Especial Cível**
 Juizados Especiais: Procedimento no Juizado Cível

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 18/9/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 176
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha

 **Menores: Jurisdição Especial**
 Des. Eduardo Cortez Gouvêa / Des. Fermino Magnani Filho

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 17/9/2008	Hora: 19:00:00	Acessos: 321
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha

 **Procedimento Sumário**
 Procedimento Sumário

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 17/9/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 228
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

JUIZES
VITALÍCIOS
CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES

 Login & Senha

 **Filosofia: Liberdade, Igualdade, Cidadania e Judicidade**
 Des. Alberto Antonio Zvirblis, Desembargador do TJ/SP, Mestre pela USP/SP e Doutor pela PUC/SP

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 16/9/2008	Hora: 19:00:00	Acessos: 208
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL
180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha

 **Execução Contra a Fazenda Pública**
 Execução Contra a Fazenda Pública

 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 16/9/2008	Hora: 09:00:00	Acessos: 241
---	-------------------	---------------------------	----------------	--------------

**JUIZES
VITALÍCIOS**
**CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FORMADORES**

 [Login & Senha](#)



Abertura: Jurisdição e Meio Ambiente

Des. Gilberto Passos de Freitas, Ex-Corregedor Geral de Justiça do TJ/SP, Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP, Professor Universitário

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **15/9/2008**

Hora: **19:00:00**

Acessos: **337**

**CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



180º Concurso de Ingresso na Magistratura

1 - Prestação de Contas 2- Dúvidas Eleitorais

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **15/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **282**

**CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



180º Concurso de Ingresso na Magistratura

Reforma das provas no processo penal

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **12/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **226**

**CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



180º Concurso de Ingresso na Magistratura

O Juiz de Direito e a Criminologia

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **11/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **191**

**CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



180º Concurso de Ingresso na Magistratura

JUIZES SUBSTITUTOS – CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **10/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **406**

**CURSO DE INICIAÇÃO
FUNCIONAL**
**180º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 [Login & Senha](#)



180º Concurso de Ingresso na Magistratura

Lei de Drogas

 **Sob Demanda**

Duração: **02:00:00**

Data do Evento: **9/9/2008**

Hora: **09:00:00**

Acessos: **225**

CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA	 Login & Senha				
	 180º Concurso de Ingresso na Magistratura JUIZES SUBSTITUTOS – CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 8/9/2008	Hora: 09:00:00
PODER JUDICIÁRIO PARA JORNALISTAS	 Cadastro				
	 Análise Histórica e Política Questões éticas - Judiciario / Jornalismo - Des. Augusto Francisco Mota Ferraz de Aruda	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 5/9/2008	Hora: 19:00:00
CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA	 Login & Senha				
	 180º Concurso de Ingresso na Magistratura JUIZES SUBSTITUTOS – CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 5/9/2008	Hora: 09:00:00
PODER JUDICIÁRIO PARA JORNALISTAS	 Cadastro				
	 Atualidade. Direito do consumidor, Lei de Imprensa Principais dúvidas e críticas - Sidnei Basile	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 4/9/2008	Hora: 19:00:00
CURSO DE INICIAÇÃO FUNCIONAL 180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA	 Login & Senha				
	 180º Concurso de Ingresso na Magistratura Tribunal do Juri - Novo Procedimento	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 4/9/2008	Hora: 09:00:00
PODER JUDICIÁRIO PARA JORNALISTAS	 Cadastro				
	 O Poder Judiciário na Imprensa Comunicações, Linguagens Próprias- José Paulo Lanyi	 Sob Demanda	Duração: 02:00:00	Data do Evento: 3/9/2008	Hora: 19:00:00

**PODER
JUDICIÁRIO
PARA
JORNALISTAS**

 Cadastro



Princípio de Direitos

Constitucionais e processuais ; devido processo legal, anterioridade da lei, duplo grau de jurisdição contraditório, ampla defesa, liberdade de expressão, intimidade, liberdade de imprensa, igualdade entre outros - Juiz Marco Aurélio Stradiotto de Moraes Ribeiro Sampaio

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 2/9/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 133

**PODER
JUDICIÁRIO
PARA
JORNALISTAS**

 Cadastro



O Estado Democrático de Direito – Poderes – Estrutura – Órgãos que o compõe

A Justiça – Análise Histórica O Poder Judiciário - Órgãos que o compõe - Porque se estrutura dessa forma - Interferência dos demais poderes e da imprensa - Relacionamento entre os juizes e a imprensa - Des. Aloisio de Toledo César

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 1/9/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 166

**ALTERAÇÕES NA
NOVA LEGISLAÇÃO
PROCESSUAL PENAL
E DO CÓDIGO DE
TRÂNSITO
BRASILEIRO**

 Cadastro



Aspectos legais da alteração dos critérios de alcoolemia no Código de Trânsito Brasileiro

(Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008) - Prof. Vicente Greco Filho

 Sob Demanda Duração: 03:00:00 Data do Evento: 22/8/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 692

**ALTERAÇÕES NA
NOVA LEGISLAÇÃO
PROCESSUAL PENAL
E DO CÓDIGO DE
TRÂNSITO
BRASILEIRO**

 Cadastro



Aspectos gerais das alterações da Lei Processual Penal

(Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008) - Des. Marco Antonio Marques da Silva

 Sob Demanda Duração: 03:00:00 Data do Evento: 20/8/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 760

**ALTERAÇÕES NA
NOVA LEGISLAÇÃO
PROCESSUAL PENAL
E DO CÓDIGO DE
TRÂNSITO
BRASILEIRO**

 Cadastro



Alterações causadas no comportamento de motoristas pelo álcool.

Os etilômetros ativos e passivos e seu funcionamento ("bafômetro") - Dr. Sérgio Dualibi

 Sob Demanda Duração: 03:00:00 Data do Evento: 19/8/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 600

**DEMONSTRAÇÃO
DAS FERRAMENTAS
DA SOCIEDADE
DA INFORMAÇÃO
DA EPM**

 Aberto



Demonstração das ferramentas da Sociedade da Informação da EPM

Utilize este evento para testar seu PC e verificar se ele atende aos pré-requisitos mínimos para acesso ao-vivo

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 13/8/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 1354

**PALESTRA
SOBRE
CADASTRO
NACIONAL DE
ADOCÃO - CNA**

 Cadastro



Palestra sobre Cadastro Nacional de Adocao - CNA

Palestra a ser proferida pela integrante do Conselho Nacional de Justiça, Conselheira Andréa Maciel Pachá e os Exmos. Juizes Francisco de Oliveira Neto e Cristiana Faria Cordeiro, todos representantes do Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Adoção.

 Sob Demanda Duração: 03:45:00 Data do Evento: 4/8/2008 Hora: 08:15:00 Acessos: 2984

**CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 Login & Senha



Recursos no Sistema dos Juizados Especiais e no Sistema Comum

A execução nos Juizados Especiais Cíveis e seu paralelo com o sistema comum- Des. Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 25/7/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 568

**CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 Login & Senha



Direito Eleitoral e Crima Eleitoral, A nova lei do juri, Lei de Drogas

Des. Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 25/7/2008 Hora: 09:00:00 Acessos: 205

**CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 Login & Senha



Questões polêmicas de Direito Material nos Juizados Especiais

Dr. José Luiz Germano

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 24/7/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 462

**CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 Login & Senha



Propaganda Eleitoral / Prestação de Contas

Dr. Cláudio Luiz Bueno Godoy

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 24/7/2008 Hora: 09:00:00 Acessos: 189

**CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA**

 Login & Senha



Dinâmica profissional e perspectivas dos juizados especiais / Organização Cartorária

Des. Vanderci Álvares

 Sob Demanda Duração: 02:00:00 Data do Evento: 23/7/2008 Hora: 19:00:00 Acessos: 294

CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Organização e funcionamento da Justiça Eleitoral. Ações Impugnativas

Des. Marco César Muller Valente

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 23/7/2008

Hora: 09:00:00

Acessos: 307

CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Juizados Especiais Cíveis

Aspectos Gerais e suas contribuições para o processo comum.

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 22/7/2008

Hora: 19:00:00

Acessos: 318

CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Área Criminal

Des. Pedro Luis Ricardo Gigliardi

 Sob Demanda

Duração: 02:00:00

Data do Evento: 22/7/2008

Hora: 09:00:00

Acessos: 402

CURSO DE
VITALIAMENTO
177º CONCURSO DE
INGRESSO NA
MAGISTRATURA

 Login & Senha



Abertura Solene - Curso de Vitaliamento - 177º Concurso de Ingresso na Magistratura

Abertura Solene

 Sob Demanda

Duração: 01:45:00

Data do Evento: 21/7/2008

Hora: 09:00:00

Acessos: 357

Administração EPM e Apoio Institucional

Diretoria



Des. Antonio Rulli Junior
Diretor

O desembargador Antonio Rulli Junior ingressou na magistratura paulista em 1973, sendo promovido ao cargo de juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo em março de 1989. Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 2000. Durante o biênio 2006/2007, foi vice-diretor da Escola Paulista da Magistratura.

Com ampla experiência no magistério – é professor universitário desde 1967, sendo, atualmente, docente da FMU –, Antonio Rulli Junior possui capacitação como avaliador de instituições de educação superior e avaliador de cursos pelo Ministério da Educação.



Des. Pedro Luiz
Ricardo Gagliardi
Vice-diretor

Na magistratura paulista desde 1970, o desembargador Pedro Luiz Ricardo Gagliardi foi promovido, em 1986, ao cargo de juiz do Tribunal de Alçada Criminal, onde exerceu a vice-presidência, durante o biênio 1996/1997, e a presidência, durante o biênio 1998/1999. Em outubro de 1999, assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Durante o biênio 2006/2007, integrou o Conselho Consultivo e de Programas da Escola Paulista da Magistratura, atuando, também, como coordenador de Assuntos Internacionais e como professor responsável coordenador do curso de especialização em Direito Penal.

Conselho Consultivo e de Programas



Des. Antonio Carlos Malheiros



Des. Armando Sérgio Prado de Toledo



Des. Carlos Paulo Travain



Des. José Raul Gavião de Almeida



Des. Oscarlino Moeller



Des. Walter de Almeida Guilherme



Juiz José Antonio de Paula Santos Neto

Coordenadorias

SECRETÁRIO GERAL

Juiz Edison Aparecido Brandão

TESOUREIRO

Desembargador José Raul Gavião de Almeida

COORDENADOR GERAL PEDAGÓGICO

Desembargador Marco Antonio Marques da Silva

COORDENADOR GERAL PEDAGÓGICO ADJUNTO

Desembargador José Raul Gavião de Almeida

COORDENADOR GERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Juiz Tercio Pires

COORDENADOR DE FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE LIDES

Juiz Aloisio Sérgio Rezende Silveira

COORDENADOR PARA JUIZADOS ESPECIAIS

Juiz Ricardo Cunha Chimenti

COORDENADORA ADJUNTA PARA JUIZADOS ESPECIAIS

Juíza Daniela Nudeliman

COORDENADOR DA ÁREA DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDORES

Desembargador Antonio Carlos Malheiros

COORDENADOR DA ÁREA DE INFORMÁTICA E DA BIBLIOTECA

Juiz Fernando Figueiredo Bartoletti

COORDENADOR DE EVENTOS E PUBLICIDADE

Desembargador Heraldo de Oliveira Silva

COORDENADOR ADJUNTO DE EVENTOS E PUBLICIDADE

Desembargador Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho

COORDENADORA DE MÍDIA

Juíza Carolina Nabarro Munhoz Rossi

COORDENADOR ADJUNTO DE MÍDIA – CINEMA E TEATRO

Juiz Luiz Sérgio Fernandes de Souza

COORDENADOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

(PORTUGAL, ESPANHA E ITÁLIA)

Desembargador Marco Antonio Marques da Silva

COORDENADOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

(AMÉRICA, PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E EUROPA)

Desembargador Luiz Roberto Sabbato

COORDENADOR DA ÁREA DE PESQUISA

Desembargador Walter de Almeida Guilherme

COORDENADORES DA ÁREA DE DIREITO PENAL

Ministro Cid Flaquer Scartezzini
Desembargador Antonio Luiz Pires Neto
Juiz Carlos Fonseca Monnerat

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO

Desembargador Antonio Carlos Viana Santos

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO PRIVADO

Desembargador Benedito Silvério Ribeiro

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Desembargador José Roberto dos Santos Bedaque

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO AMBIENTAL

Desembargador Gilberto Passos de Freitas

COORDENADOR DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro

COORDENADOR DE RELAÇÕES ACADÊMICAS

Desembargador Luiz Edmundo Marrey Uint

COORDENADOR DA ÁREA DE BIOMÉDICAS E SAÚDE

Juiz Mauro Conti Machado

COORDENADORA DE REGISTROS PÚBLICOS

Juíza Tânia Mara Ahualli

COORDENADOR DA ÁREA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

Juiz Carlos Elmano de Oliveira Neto

COORDENADOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa

COORDENADOR DA ÁREA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Juiz Alexandre David Malfatti

COORDENADOR DA REGIÃO I DOS NÚCLEOS REGIONAIS DO INTERIOR

Desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo

COORDENADOR DA REGIÃO II DOS NÚCLEOS REGIONAIS DO INTERIOR

Desembargador Oscarlino Moeller

COORDENADOR DA REGIÃO III DOS NÚCLEOS REGIONAIS DO INTERIOR

Desembargador Carlos Paulo Travain

ASSISTENTE DA DIRETORIA PARA ASSUNTOS

DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Juiz Edison Aparecido Brandão

ASSISTENTE ADJUNTO DA DIRETORIA PARA ASSUNTOS

DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Juiz Fernando Figueiredo Bartoletti

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Des. Roberto Antonio Vallim Bellocchi
Presidente



Des. Antonio Carlos Munhoz Soares
Vice-presidente



Des. Ruy Pereira Camilo
Corregedor-geral da Justiça

Com 360 desembargadores, cerca de 2 mil juízes, 40 mil funcionários e mais de 270 comarcas, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é o maior do País e um dos maiores do mundo, tendo superado os 18 milhões de processos em andamento.

A história do Poder Judiciário paulista teve início no dia 3 de fevereiro de 1874, quando foi instalada, em um sobrado da Rua da Boa

Vista, a Corte de Segundo Grau do “Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná”. O Tribunal foi criado pelo Decreto Legislativo Imperial nº 2.342, de 6 de agosto de 1873, em cumprimento ao Artigo 158 da Constituição Imperial de 1824, que determinava que deveria haver, nas províncias do Império, relações para julgar causas em “segunda e última instância”.

Constituído por apenas sete desembargadores, o Tribunal da Relação



Des. Luiz Antonio Rodrigues da Silva
Presidente da Seção de Direito Privado



Des. Antonio Carlos Viana Santos
Presidente da Seção de Direito Público



Des. Eduardo Pereira Santos
Presidente da Seção Criminal



Des. Luiz Elias Tâmbara
Decano

de São Paulo e Paraná era presidido pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

Após a promulgação da Constituição de 1891, foi editada a primeira lei paulista de organização judiciária (Lei 18, de 21 de novembro de 1891), que estabeleceu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo como o órgão máximo do Judiciário estadual.

A inauguração do Palácio da Justiça, atual sede do Judiciário paulis-

ta, aconteceu em janeiro de 1933, em caráter parcial. Somente em 25 de janeiro de 1942, por ocasião do 388º aniversário da cidade de São Paulo, foi realizada a inauguração plena do palácio, que se tornou um monumento histórico de valor arquitetônico e cultural, sendo tombado pelo Condephaat em 1981.

A Escola Paulista da Magistratura, criada em 1988, constitui o braço cultural do Tribunal de Justiça.

Associação Paulista de Magistrados



Des. Henrique Nelson Calandra
Presidente



Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
1º Vice-Presidente



Des. Roque Antonio Mesquita de Oliveira
2º Vice-Presidente

Fotos: Guilherme Amorim

Originária da Sociedade Beneficente de Magistrados, fundada em 1953, a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) recebeu esta denominação em 1963, após deliberação de seus associados, em Assembléia Geral Extraordinária.

A Apamagis tem por missão a prestação de assistência integral aos magistrados. No plano institucional, visa resgatar a união da magistratura, de forma a possibilitar que ela reocupe espaço no cenário político brasileiro e, dessa forma, protagonize os grandes debates nacionais.

Seus objetivos primordiais são: ser uma entidade representativa de seus associados; defender as prerrogativas, os vencimentos e a segurança dos associados; propiciar auxílios e benefícios aos seus associados e dependentes; promover atividades sociais, culturais, recreativas e esportivas; colaborar com a direção do Poder Judiciário do Estado, sempre que possível; e procurar manter intercâmbio com as associações congêneres do País e do exterior. A Apamagis tem, por diretriz, não se manifestar sobre assuntos estranhos a sua finalidade, assim como questões político-partidárias ou religiosas.

Academia Paulista de Magistrados



Des. Heraldo de Oliveira Silva
Presidente



Des. Antonio Carlos Viana Santos
Diretor Cultural

A Academia Paulista de Magistrados (APM) foi criada em 2001, tendo, como fundadores, os ministros Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini e Sydney Sanches (Presidente de Honra) e os desembargadores Antonio Carlos Viana Santos, Antonio Rulli Junior, Carlos Renato de Azevedo Ferreira, José Rodrigues de Carvalho Netto, Luiz Antonio Rizzatto Nunes, Marco Antonio Marques da Silva, Marcus Vinicius dos Santos Andrade, Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, Sérgio Augusto Nigro Conceição e Walter de Almeida Guilherme.

A APM tem como objetivos: congregar magistrados para incentivar o aprimoramento profissional, o aperfeiçoamento cultural e a reciclagem contínua;

promover a alta cultura jurídica e o reconhecimento dos seus valores, por meio de seminários, conferências, cursos, congressos, painéis, ciclos, reuniões e fóruns de debates, próprios ou em parceria, sobre assuntos jurídicos, em geral; divulgar artigos, monografias e informações de caráter jurídico-científico em publicações alheias ou próprias; fomentar o intercâmbio cultural e o convívio social entre seus membros; manter intercâmbio e colaboração com as demais entidades afins, nacionais ou estrangeiras; e dedicar-se à ampla atividade cultural similar ou afim com seu objetivo principal, além de instituir láureas e editar livros.



Produzido pela Escola Paulista da Magistratura

Elaboração e textos

Marcelo Alexandre Barbosa

Fotos

Daniela Ribeiro Smania

Projeto gráfico, diagramação e impressão

Ameruso Artes Gráficas

Fone: (11) 2215-3596

E-mail: ameruso@ameruso.com.br

Apoio cultural



FETCESP

Federação das Empresas de Transporte
de Cargas do Estado de São Paulo

Escola Paulista da Magistratura

Rua da Consolação, 1483 – 1º, 2º e 3º andares – CEP: 01301-100 – São Paulo – SP

Fones: (11) 3259-9747 / 3257-8954

Site: www.epm.sp.gov.br – E-mail: epm@tj.sp.gov.br / imprensaepm@tj.sp.gov.br



Apoio cultural:



Federação das Empresas de Transporte
de Cargas do Estado de São Paulo